

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CARINE MELO COGO BASTOS

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A INCLUSÃO DAS MULHERES
NA BRIGADA MILITAR: QUESTÕES DE GÊNERO E MEMÓRIA
DOCUMENTAL REPRESENTADAS A PARTIR DE UMA TAXONOMIA**

Porto Alegre

2021

CARINE MELO COGO BASTOS

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A INCLUSÃO DAS MULHERES
NA BRIGADA MILITAR: QUESTÕES DE GÊNERO E MEMÓRIA
DOCUMENTAL REPRESENTADAS A PARTIR DE UMA TAXONOMIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Ciência.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Moura

Vice-diretora: Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO

Coordenador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Moisés Rochemback

CIP - Catalogação na Publicação

Cogo Bastos, Carine Melo

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A INCLUSÃO DAS MULHERES NA BRIGADA MILITAR: QUESTÕES DE GÊNERO E MEMÓRIA DOCUMENTAL REPRESENTADAS A PARTIR DE UMA TAXONOMIA / Carine Melo Cogo Bastos. -- 2021. 93 f.

Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Organização do Conhecimento. 2. Arquivologia. 3. Sistema de Organização do Conhecimento. 4. Taxonomia. 5. Mulheres. I. Henrique Bragato Barros, Thiago, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PPGCIN – UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Prédio 22201

CEP: 90035-007 Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3308-5067

E-mail: ppgcin@ufrgs.br

CARINE MELO COGO BASTOS

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A INCLUSÃO DAS MULHERES
NA BRIGADA MILITAR: QUESTÕES DE GÊNERO E MEMÓRIA
DOCUMENTAL REPRESENTADAS A PARTIR DE UMA TAXONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de julho de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros – Orientador
PPGCIN/UFRGS

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
UNB

Prof.^a Dr.^a Rita do Carmo Ferreira Laipelt
PPGCIN/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Suellen Oliveira Milani
UFF

Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior
PPGCIN/UFRGS - suplente

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre muito bom! E agradecer ao final de uma etapa carregada de desafios, incertezas e tanto apoio recebido, escrevendo sobre as pessoas e instituições que se fizeram presentes nesta caminhada é extremamente gratificante.

Primeiramente, a Deus, força divina.

Agradeço à UFRGS e ao PPGCIN pela oportunidade de poder ter feito parte desse grupo de mestrandos da turma de 2019/02 em busca de formação gratuita e de qualidade.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros por todas as vezes que, antes de ser o professor orientador, foi o amigo que dizia: “calma, vai dar certo, tu tens tempo, tá ficando bom!”. Prof. Thiago, meu muito obrigada por repassar conhecimento, por incentivar, apoiar, confiar, respeitar e auxiliar nas escolhas durante o desenvolvimento da pesquisa. Muito Obrigada!

Agradeço à Instituição Brigada Militar por oportunizar a realização da pesquisa sobre as mulheres no acervo da corporação, especialmente à Coronel Cristine Rasbold, que autorizou a pesquisa no acervo, e também pelo apoio e disponibilidade, inclusive emprestando reportagens de jornais de seu acervo pessoal. À sargento Janete Camargo, que me auxiliou na busca pelo acervo diretamente nos contatos de diferentes unidades da instituição, disponibilizando dados para a pesquisa. Agradeço ao Departamento Administrativo pela disponibilização dos dados e ao 9^o Batalhão, Major Osório e aos policiais militares integrantes da seção administrativa onde o acervo estava arquivado. Aqui estendo o agradecimento ao Major Flores, chefe do setor ao qual estou vinculada, que auxiliou na relação de empréstimo de parte do acervo, no 9^o Batalhão. Ao IPBM que me deu acesso a pesquisas realizadas na Instituição. Ao Museu da Brigada Militar, no qual tive acesso ao acervo de fotografias destas turmas de mulheres. Obrigada, Brigada Militar do RS e todo o seu efetivo!

Agradeço de maneira especial à minha colega, minha amiga Juliana Perotoni, sempre me apoiando, auxiliando, incentivando, vibrando, comemorando ao meu lado cada etapa e sendo ombro amigo nas horas de incertezas e receios.

Agradeço emocionada à minha amada família: meu marido, meu amigo Ricardo Bastos, meu amado filho Augusto, minhas amadas filhas gêmeas Catarina e Clara; sem eles e sem a confiança deles em mim não seria possível ter continuado. Aos dias em que eles me abraçavam e reiniciavam a minha bateria, aos dias em que eles se

mantinham afastados para eu ler ou produzir e aos dias em que deixei de brincar de boneca ou olhar seriados juvenis. Obrigada a vocês, meus queridos, por, apesar de sentirem minha ausência, estimulavam-me a prosseguir. Amo vocês infinitamente!

Agradeço também à minha querida família: mãe Celi Cogo, irmãs Cristina, Clarissa e Irani, cunhados(as), sobrinhos, afilhados, sogros, que sempre surgiam com palavras de incentivo, e aqui também peço desculpas pelas vezes em que não pude estar presente, para poder me dedicar aos estudos.

À Rita de Cássia Portela da Silva, minha colega de graduação que me avisou do Edital do PPGCIN 2019/02 e me incentivou a realizar a inscrição na seleção; obrigada, Rita! Às colegas de mestrado, às colegas de disciplinas pelas trocas no PPGCIN e, depois, quando fomos surpreendidos pela pandemia de CoViD-19, pelos laços de amizade e apoio que mantivemos pelas redes, WhatsApp, aulas on-line e muito incentivo recebido em forma de artigos compartilhados, dicas de leituras, seminários e companheirismo. Agradeço à Lilian Maciel pela atenção nas imprescindíveis revisões. Em especial, às queridas colegas e amigas, Amanda Gularte, Dica Tomasi e Lúcia Nunes, sempre disponíveis em ouvir, apoiar e incentivar. À amiga querida Jaqueline Insaurriaga por todo o apoio, força, incentivo e contribuições na leitura desta pesquisa.

Às minhas amadas amigas que, mesmo na distância, se mantiveram presentes por meio de mensagens de amor, carinho, incentivo, leituras e humor: Camila Vidal, Ursula Rocha, Bárbara Darski, Gabrielle Viegas, Amanda Raldi, Vitória Gonzatti, Bianca dos Santos, Elis Mazziteli. Obrigada pela amizade!

Por fim, agradeço aos membros da Banca de Avaliação por terem aceitado o convite para avaliar este estudo, pelas considerações e sugestões apresentadas.

Gratidão por fechar um ciclo e reconhecer que viver é um presente!

RESUMO

Esta pesquisa aborda a organização do conhecimento e inclusão de mulheres como policiais militares na Instituição Brigada Militar do Rio Grande do Sul, trazendo questões de gênero e representação de conhecimento a partir de uma taxonomia construída com base no acervo. Ao conhecer o histórico da trajetória das primeiras mulheres, este trabalho objetiva mapear a presença feminina em uma organização militar a partir dos documentos de arquivo na atividade de polícia. Para realização deste trabalho, adotou-se o referencial teórico da análise do domínio de Hjørland e Tennis, além de discorrer sobre a representação do conhecimento e sistema de representação do conhecimento. Foram adotados como *corpus* desta análise boletins internos da companhia feminina do período de 1985 a 1993. Por meio desta documentação, poderá se verificar uma maneira de representar o conhecimento ao construir um sistema de organização do conhecimento, a taxonomia. Para o desenvolvimento da taxonomia, foi elaborada a análise do domínio da inclusão desse grupo de mulheres dentro da instituição militar com intuito de que essas informações possam ser representadas e contribuir com a organização do conhecimento ao trabalhar gênero e registros de arquivo no meio militar.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; mulheres; análise do domínio; representação do conhecimento; sistema de organização do conhecimento; taxonomia; Brigada Militar.

ABSTRACT

This research addresses the organization of knowledge and inclusion of women as military police officers in the Brigada Militar Institution of Rio Grande do Sul, bringing gender issues and knowledge representation from a taxonomy built on the basis of the collection. By knowing the history of the trajectory of the first women, this work aims to map the female presence in a military organization from the archival documents in the police activity. To carry out this work, the theoretical framework of the analysis of the domain of Hjørland and Tennis was adopted, in addition to discussing the knowledge representation and the knowledge representation system. Internal corpus bulletins from the female company from 1985 to 1993 were adopted as the corpus of this analysis. Through this documentation, a way to represent knowledge through a knowledge organization system, taxonomy, can be verified. For the development of taxonomy, the analysis of the domain of inclusion of this group of women within the military institution was elaborated in order that this information can be represented and contribute to the organization of knowledge when working on gender and records in the military environment.

Keywords: Knowledge organization; women; domain analysis; knowledge representation; knowledge organization system; taxonomy; Brigada Militar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Femicídios	26
Figura 2 - Estilista Rui Spohr na apresentação do fardamento feminino desenhado para a primeira turma de oficiais mulheres.....	32
Figura 3 - Formatura da primeira turma de oficiais feminina.....	32
Figura 4 - Formatura da primeira turma de sargentos feminina.....	33
Figura 5 - Formatura da primeira turma de soldados feminina	34
Figura 6 - Linha do Tempo sobre inclusão das mulheres	36
Figura 7 - Recorte de Jornal Quero - Quero com charge.....	37
Figura 8 - Gráfico Comparativo de Efetivo Feminino.....	38
Quadro 1 - Divisão de assuntos dos boletins internos	666
Quadro 2 - Taxonomia sobre a inclusão das mulheres na BM.....	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.1.1	Objetivo geral	11
1.1.2	Objetivos específicos	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
1.3.1	Delineamento da pesquisa	14
1.3.2	Descrição da etapa de coleta	15
2	AS MULHERES NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS	16
2.1	GÊNERO E FEMINISMO: EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES.....	16
2.2	BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL	27
2.2.1	A inclusão das mulheres na Brigada Militar	30
3	ARQUIVOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES	40
3.1	ARQUIVOLOGIA: ARQUIVO, DOCUMENTO DE ARQUIVO, INFORMAÇÃO, DADOS E MEMÓRIA.....	40
3.2	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: BUSCA POR METODOLOGIAS PARA A REPRESENTAÇÃO NO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO.....	49
3.2.1	Sistemas de Organização do Conhecimento: contextualizando as taxonomias	52
3.2.2	Análise do domínio na Organização do Conhecimento	57
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
4.1	INCLUSÃO DAS MULHERES NA BRIGADA MILITAR DO RS.....	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	89

1 INTRODUÇÃO

Este estudo inicia-se a partir de uma discussão fundamental no contexto contemporâneo: a atuação das mulheres no ambiente militar, um espaço tradicionalmente ocupado pelos homens. As mulheres entraram em espaços até então preenchidos pelo trabalho masculino tanto por necessidade de complementar a renda familiar quanto por necessidades de organização, por aspirações pessoais ou por tornarem-se as “provedoras” do lar. A feminização do mundo do trabalho mostrou-se crescente e, com isso, as mulheres também chegaram às Polícias Militares (CALAZANS, 2003, p. 23).

A sociedade, segundo Bordieu (2012) em *A Dominação masculina*, acostumou-se a construir imagens do masculino e do feminino com papéis distintos, em que, culturalmente, a ordem social justifica que o masculino se sobreponha ao feminino; contudo, mudanças sociais e culturais na sociedade fizeram com que as mulheres chegassem às polícias militares, e, com esta pesquisa, o que se espera é dar visibilidade ao tema mapeando o papel das mulheres no meio da Brigada Militar do Rio Grande do Sul por intermédio dos registros documentais dessa ação.

Portanto, esse tema, referente às mulheres na Brigada Militar e aos documentos provenientes desse fato, justifica-se no universo teórico da Ciência da Informação, já que, na atualidade, diante das transformações econômicas, políticas e tecnológicas que experimentamos, a informação tornou-se uma ferramenta ainda mais poderosa e essencial. Com base nisso, esta pesquisa também vai ao encontro da Ciência da Informação quando “[...] investiga as propriedades e o comportamento da informação, o uso e a transmissão da informação e o processamento de informações para o ótimo armazenamento e recuperação” (BORKO, 1968, p. 2).

De acordo com Vital, Medeiros e Bräscher (2017, p. 40), “[...] a Ciência da Informação (CI), como uma área interdisciplinar, possui interface com diferentes campos do conhecimento, entre os quais a arquivologia. Ambas buscam organizar e representar a informação para torná-la acessível ao usuário”. É necessário, contudo, dizer que no contexto da representação arquivística, o formato e a apresentação diferem-se daquele originalmente postulado pela Ciência da Informação. O benefício da discussão mais abrangente da representação é fundamental para as duas áreas.

Essa temática de pesquisa também se justifica devido ao fato de relatar a mudança do papel social da mulher dentro de uma profissão até então exclusivamente masculina, descrever o contexto da inserção feminina e produzir algo relevante para contribuir com a organização do conhecimento arquivístico dentro de uma instituição militar. Além disso, fundamenta-se por buscar preencher lacunas de pesquisas em meio militar com acervos arquivísticos voltados à questão feminina e por encontrar-se plenamente relacionado aos estudos existentes na área de Organização do Conhecimento.

Partindo dessa premissa, a tenente-coronel Ana Haas (2011, p. 11), afirma:

Os avanços históricos trouxeram mudanças de paradigmas, conseqüentemente, promovendo a participação ativa da mulher em setores que antigamente eram restritos aos homens. Um destes setores é o da segurança pública, mais especificamente, nas Polícias Militares. As PMs da maioria dos Estados passaram a admitir mulheres em seus quadros a partir dos anos 80, muito mais por necessidade interna de modificar sua imagem perante a sociedade, após a ditadura, do que por convicção da necessidade da participação deste contingente em suas fileiras.

O contexto histórico, político e social de mudanças nas legislações, nos direitos humanos e na forma de pensar, bem como as transformações da sociedade, fizeram com que a Brigada Militar do Estado do RS, em função da necessidade de evoluir e se adequar à nova realidade, admitisse, em 1985, as primeiras mulheres na instituição com a criação da Companhia Feminina.

Este estudo possui aderência às questões da Ciência da Informação, pois a partir dos documentos de arquivo, foi possível debater a representatividade das mulheres na Organização do Conhecimento por meio de representações construídas para sua preservação e recuperação. O foco está na informação registrada e institucionalizada (SMIT, 2012) neste acervo, objeto de estudo da Ciência da Informação. Dessa forma, ao final desta pesquisa, busca-se responder: como mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir dos documentos de arquivo?

A partir da questão de pesquisa acima formulada para o presente estudo, passa-se a apresentar, a seguir, os objetivos propostos para respondê-la, separando-os em objetivos geral e específicos.

1.1 OBJETIVOS

Para esta pesquisa, foram definidos objetivo geral e objetivos específicos, apresentados a seguir:

1.1.1 Objetivo geral

Mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir de documentos de arquivo.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Conhecer o histórico da inclusão das mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- b) identificar as temáticas oriundas dos boletins internos (1985-1993);
- c) analisar o corpus da pesquisa de forma a trazer elementos para a construção da memória institucional e social;
- d) construir uma taxonomia que será usada para indexar os boletins internos.

A seguir, é apresentada a justificativa para o presente estudo e os procedimentos metodológicos; na segunda seção, descreve-se uma pequena contextualização das conquistas femininas no Brasil, além de um breve histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, da inclusão das mulheres na instituição e de como se deu o início dessa participação na atividade policial, apresentando a criação das companhias femininas na Corporação Militar.

Na sequência, são apresentadas, na terceira seção, discussões sobre a aproximação e relações entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento, com o intuito de apresentar conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa seção, também são abordadas as seguintes temáticas: a organização do conhecimento e sua contribuição para a Arquivologia; a análise de domínio como elemento de contextualização de fundos documentais; a representação do conhecimento; e a taxonomia como um sistema de organização do conhecimento para representar o acervo e dar acesso às informações.

Na quarta seção, apresenta-se as análises e discussão dos resultados, seguida da quinta seção, que traz as considerações finais. Por fim, apresenta-se as referências utilizadas para o presente estudo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tem-se como intuito contribuir para a construção da história das primeiras mulheres policiais militares a partir do ano de 1985, por meio de fontes primárias, isto é, dos documentos de arquivo acerca de políticas de inclusão feminina nas organizações militares. Assim, a pesquisa contribui para a organização do conhecimento ao gerar discussões sobre questões relacionadas aos arquivos no ambiente militar, com acervos voltados para o feminino, como propõe Duranti (1994), ao afirmar que o arquivo é o canal de comunicação que permite aos registros transitarem entre gerações.

Este estudo também apresenta relevância para debates sobre a representatividade das mulheres nas representações elaboradas para recuperar e preservar documentos de arquivo, além de possuir um caráter social, pois busca demarcar a atuação de mulheres pioneiras na atividade militar no Estado, a qual rompeu com a exclusividade masculina nessa carreira. Saracevic (1999, p. 81)

[...] identificou três grandes conceitos de informação na Ciência da Informação, sendo o terceiro sentido ainda mais amplo: informação existe em um contexto. Assim, informação envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas.

Já Smit (2012, p. 99) diz que “[...] a informação, para poder ser acessada, deve estar estocada e preservada em algum lugar físico ou digital: ‘instituições’ sempre existirão e serão imprescindíveis para a preservação da informação.” Sendo assim, ao analisar o conteúdo do acervo documental (boletins internos) da Brigada Militar com o intuito de representar o conhecimento e reconstruir a memória a partir do material analisado, será possível verificar aspectos sociais e culturais, representando e contextualizando as informações obtidas nos documentos por meio da organização do conhecimento.

Considerando que os arquivos são o produto das atividades institucionais, a documentação oriunda dos registros das atividades administrativas desse grupo de mulheres é um arsenal de informações que, por meio da organização do conhecimento, poderá ser representado e difundido, como Souza e Araújo Júnior (2017, p. 48) afirmam: “[...] assim, podemos inferir que o arquivo compreende o principal estoque informacional da base de conhecimento da organização”.

Conforme Barros e Sousa (2019, p. 79), “[...] a organização do conhecimento enquanto campo representa uma especialização para a Ciência da Informação”. Ainda de acordo com o mesmo autor, a Organização do Conhecimento pode e tem relação com a Arquivologia, justamente quando se pensa nas possibilidades de abordagens referentes aos sistemas de organização, já que os sistemas de gestão, classificação, acesso e controle arquivísticos são justamente isto: sistemas conceituais baseados em características das instituições produtoras de documentos (BARROS; SOUSA, 2019).

Sendo assim, haja vista que as duas áreas têm como objetivo em comum organizar para difundir e representar para auxiliar no acesso dos usuários aos acervos, esta pesquisa traz contribuições para a Arquivologia e para a Organização do Conhecimento, uma vez que busca compreender a presença das mulheres nos documentos de arquivos militares a partir da avaliação dos boletins internos, aproximando-se das discussões sobre sistemas de organização do conhecimento.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que “Ciência é um procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretriz problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento” (GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 25), esta dissertação caracteriza-se por ser uma pesquisa científica que, de acordo com Gerhardt e Souza (2009, p. 31), será o “[...] resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos”.

1.3.1 Delineamento da pesquisa

A natureza desta pesquisa se apresenta como aplicada, uma vez que “[...] é dedicada à geração de conhecimento para solução de problemas específicos e é dirigida à busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular” (NASCIMENTO, 2016). Esse tipo de pesquisa procura apresentar soluções para determinadas questões organizacionais, o que se aplica ao contexto deste estudo, visto que este está focado em uma instituição militar e em uma situação específica.

Tomando como ponto de partida o objetivo da pesquisa – mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir de documentos de arquivo –, será adotado o método de pesquisa com abordagem qualitativa. Para Gerhardt e Souza (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, posto que se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador fica estritamente perto do que é pesquisado, tem maior contato com as informações e precisa relacioná-las e analisá-las. Sendo assim, é o tipo de pesquisa que mais se identifica com o objeto de estudo e que atende aos objetivos específicos deste estudo.

Segundo os objetivos, este estudo identifica-se como de caráter exploratório, pois pretende-se proporcionar maior familiaridade com o tema e porque, embora a Brigada Militar seja uma Instituição Estadual com 183 anos de existência, não se verificou a existência de estudos que abordem a organização do conhecimento em instituições militares.

Este trabalho apresenta-se como um estudo de caso, pois é focado em um grupo de mulheres em uma instituição militar. Além disso, classifica-se como uma pesquisa documental por visar descrever, por meio da documentação institucional, o contexto da inserção das primeiras mulheres na Brigada Militar no RS, possibilitando identificar temáticas oriundas a partir do acervo analisado ao construir uma taxonomia.

É importante salientar que este estudo possui um enfoque metodológico, ou seja, busca apresentar a forma como aplicar taxonomias no contexto dos documentos de arquivo, com a intenção de que possa ser aplicada em outros contextos arquivísticos.

1.3.2 Descrição da etapa de coleta

Os instrumentos de coleta utilizados nesta pesquisa exploratória envolvem, além da pesquisa bibliográfica, análise de domínio e análise dos documentos selecionados como fontes, buscando evidenciar a trajetória das primeiras mulheres na Brigada Militar que contribuíram para a compreensão do tema. Sendo assim, realizou-se uma revisão de literatura. As pesquisas bibliográficas procuram explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses (CERVO; BERVIAN, 2011). As publicações científicas pertinentes ao tema auxiliarão a construir o referencial teórico da dissertação, no sentido de demonstrar a visão e os conceitos dos autores da área a respeito das representações sociais, da memória social, da organização do conhecimento, das pesquisas de gênero e dos arquivos de documentação feminina no meio militar.

De acordo com Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “[...] fonte rica e estável de dados [...]”, por não implicar altos custos, não exigir contato com os sujeitos da pesquisa e por possibilitar uma leitura aprofundada das fontes. Segundo o autor, ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo um material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A seguir, faz-se uma breve apresentação dos aspectos históricos e contextuais da presença das mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

2 AS MULHERES NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS

Inicia-se essa seção ao discorrer sobre alguns conceitos para entender e fazer a distinção entre sexo e gênero, o que é considerado essencial para compreender como empregar esses conceitos na prática. Serão abordadas questões referentes ao feminismo e às principais conquistas das mulheres no Brasil. Esta seção também está automaticamente relacionada a um dos objetivos específicos da pesquisa: conhecer o histórico de inclusão das mulheres na Brigada Militar, apresentando gráficos com dados quantitativos do efetivo militar de alguns períodos para representação das e sobre as mulheres no contexto da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o intuito de amparar a inclusão das mulheres na instituição militar. Também será apresentada a narrativa sobre a trajetória da inserção feminina com a criação da Companhia Feminina na Brigada Militar do RS, acompanhada de fotografias oriundas do acervo do museu da instituição.

2.1 GÊNERO E FEMINISMO: EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES

De acordo com Minidicionário da Língua Portuguesa (SEXO..., 2007, p. 713), sexo é um substantivo masculino, descrito como “[...] conformação característica que distingue o macho da fêmea nos animais e vegetais; conjunto das pessoas que tem a mesma conformação física, considerada sob o ponto de vista da geração; o belo: as mulheres; o forte: os homens.”.

O que se pode dizer é que, em suma, o sexo é apenas a classificação de corpo, que nos mostra aspectos físicos distintos entre homens e mulheres e nos confere papéis específicos na reprodução biológica. Na definição do conceito no dicionário, por exemplo, o adjetivo utilizado aos homens é “fortes” e, para as mulheres, é “belo”.

Gênero é definido pelo mesmo dicionário como “[...] um conjunto de seres ou coisas que apresentam qualidades semelhantes” (GÊNERO..., 2007, p. 385); já de acordo com o Dicionário Online, “[...] gênero é a diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais” (GÊNERO..., 2009).

Comportamentos esperados atribuídos ao masculino e ao feminino são convenções sociais construídas pelas culturas e pela sociedade em geral. Por exemplo, quando se concebe um bebê, a única coisa que se sabe é o sexo biológico, se é menina ou menino. As expectativas e projeções do que é esperado de cada um, menino ou menina, são convenções sociais; portanto, família, círculos de amigos, mídias e sociedade é que criam padrões de como homem e a mulher devem agir. Dessa forma, podemos considerar que a concepção de gênero é um processo social relacionado mais diretamente à cultura do que à biologia de cada um. Outro exemplo do que se espera de meninas e meninos está diretamente relacionado aos brinquedos: enquanto meninas brincam com bonecas, louças e casinha, os meninos devem brincar de carrinho, videogames e lutas. Os brinquedos e brincadeiras mostram a ideia do que se espera de cada um em sociedade. Além disso, temos os exemplos de cores: meninas usam rosa e meninos usam azul, pois, culturalmente, essas cores estão relacionadas ao gênero.

Embora questões atribuídas aos gêneros masculino e feminino estejam sendo discutidas e desconstruídas, o que ainda se pode ver, social e culturalmente, são as expectativas em relação aos papéis de trabalho assumidos por homens e mulheres. Considera-se, ainda, que os homens, em sua grande maioria, são provedores da família, tomando as grandes decisões; enquanto, para as mulheres, cabe o cuidado da família e as decisões do dia a dia relacionadas à casa.

Historicamente, por muitos anos, as mulheres eram preparadas desde a infância para tornarem-se boas esposas, mães de família e donas do lar. Por muito tempo, aceitando essa condição e replicando esse comportamento feminino através de suas filhas, as mulheres tornaram-se um mecanismo de controle da sociedade.

As relações históricas que envolvem as mulheres sempre foram e estiveram pautadas em condições que traduziam costumes do sistema patriarcal e, conseqüentemente, a submissão do sexo feminino em relação ao masculino. O feminismo está embutido na cultura de todos os países e na luta de todas as mulheres no mundo inteiro, enquanto a opressão exercida sobre as mulheres está enraizada na história do mundo.

De acordo com Teles (1999, p. 10),

[...] feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas quanto das superestruturas (ideologia, cultura e política), em seu significado mais amplo, feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Conforme Duarte (2003, p. 152),

[...] o 'feminismo' poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.

Pensar no feminismo e nas mudanças sociais provocadas por esse movimento nos remete a como as mulheres construíram e constroem a luta por igualdade de direito, de melhores condições na sociedade e contra a violência de gênero.

Parafraseando Djamila Ribeiro (2018), “[...] quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, por equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista”. Ser feminista é acreditar que as mulheres não são inferiores nem superiores aos homens e, portanto, devem ter direitos iguais. A luta feminina possui uma longa história e surge ainda na Idade Média, quando, na caça às bruxas, deu-se início à perseguição das mulheres que iam contra o patriarcado. O movimento feminista conhecido atualmente surgiu no final do século XIX, com o direito ao voto, com o objetivo de lutar pela igualdade de direitos civis, políticos e econômicos entre os gêneros. Dentro das principais lutas das mulheres por igualdade de direito, as quais remontam a tempos longínquos, será apresentada uma breve contextualização histórica das mais importantes conquistas femininas no território brasileiro nesta seção.

O movimento feminista no Brasil inicia-se nos tempos de Brasil Colônia (1500-1822), época de muita repressão geral, tanto para as mulheres quanto para as minorias. Neste período, as lutas do movimento se concentravam em um dos direitos fundamentais, o acesso à educação, conquistado pelas mulheres no período do Brasil Império (1822-1889). Em 15 de outubro de 1827, é publicada uma Lei Imperial, sendo

está a primeira conquista das mulheres brasileiras. Em função dessa legislação, era permitido que meninas pudessem ser matriculadas em escolas e que estudassem além do primário. O ensino além do primário não era permitido, pois estudos de um grau maior de aprendizagem ainda eram destinados somente aos meninos. O grande nome de ativismo do movimento dessa época foi Nísia Floresta Augusta (1810-1875), que surge publicamente como a grande defensora dos direitos das mulheres no acesso à educação. Ela foi responsável por fundar a primeira escola para alfabetização de meninas no Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1932, Nísia Floresta traduziu e publicou o livro considerado fundador do feminismo no Brasil, intitulado: *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, inspirado no manifesto feminista de Mary Wollstonecraft. Conforme Duarte, Nísia Floresta “[...] é importante, principalmente, por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira” (DUARTE, 2003, p. 154). “[...] é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito” (DUARTE, 2003, p. 150).

Em 1852, é criado primeiro jornal feminino, elaborado por mulheres e direcionado elas, com o nome de *O Jornal das Senhoras*. No periódico, suas colunistas afirmavam que as pessoas do sexo feminino não deveriam só aprender música, artesanato e costura. O pioneirismo de *O jornal das Senhoras* e a colaboração tímida e anônima de suas leitoras representaram, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos (DUARTE, 2003, p. 155).

Houve outros jornais que também apareceram entre os períodos de 1852 a 1900, como o *Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), o *Eco das Damas* (1875 a 1885) e o *A Família*. Este último, com circulação entre (1888 a 1897) e dirigido por Josefina Álvares de Azevedo, “[...] destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos” (DUARTE, 2003, p. 157). Josefina defendia o direito do voto feminino e o direito ao divórcio, além de acreditar na rebelião das mulheres contra o tratamento de “escravas do homem”. De 1897 a 1900, circulou a

revista *A Mensageira*, a qual trazia questões como solidariedade internacional com as mulheres do mundo inteiro e cuja principal mensagem política era enfatizar a importância do voto para a mulher (TELES, 1999, p. 36).

A reivindicação pela abolição também esteve entre as numerosas lutas em que as mulheres estiveram engajadas. Elas colaboraram em atividades que garantiam a infraestrutura da campanha abolicionista. O tráfico negreiro foi proibido a partir de 1850. Por volta de 1860, algumas mulheres brasileiras organizaram sociedades abolicionistas que, esporadicamente, receberam alguma atenção da imprensa da época: a Sociedade de Libertação (instalada no Rio de Janeiro em 1870); a Sociedade Redentora (fundada em 1870) e a Ave Libertas, a maior associação abolicionista feminina do país, criada em 1884, no Recife (TELES, 1999, p. 29). Então, em 1871, é promulgada a Lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel, em que se determinava que os filhos das mulheres escravizadas na época do Império nasceriam livres.

Por meio do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, foi permitido que as mulheres ingressassem na educação superior, o que até então só era possível aos homens. Mesmo tendo o direito de cursar o ensino superior preconizado pela legislação, as mulheres enfrentavam preconceito ao ingressar na faculdade. O ingresso da primeira mulher no ensino superior ocorreu em 1881, “[...], mas foi somente em 1887 que graduava-se em Medicina Rita Lobato Velho Lopes, acontecimento este saudado pelo periódico, Eco das Damas” (TELES, 1999, p. 28).

A abolição da escravatura só aconteceria em 1888, em razão da Lei Áurea. O que se pôde perceber foi que as abolicionistas colocaram as mulheres de maneira inédita na política, organizadas coletivamente. Em 13 de maio de 1888, é declarado o fim da escravidão pela Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, com o que se encerra o período de escravidão no Brasil, o qual durou em torno de três séculos.

Entre as importantes mulheres que contribuíram com a abolição da escravidão no Brasil, tem-se Maria Firmina dos Reis (1825-1917), escritora, jornalista, musicista e professora primária de uma classe mista e gratuita em Guimarães, Maranhão, que defendeu a abolição em jornais com poemas, charadas, contos e publicou o primeiro romance brasileiro de autoria feminina: *Úrsula* (1859). Além disso, escreveu outro conto sobre o tema da escravidão: *A Escrava* (1887), narrado por uma personagem

integrante de uma das sociedades abolicionistas. Em termos de Brasil, suas preocupações e o modo que as colocou são precoces e incomuns (TELLES, 1999).

Chiquinha Gonzaga (1847-1935), por sua vez, autora da famosa marchinha *Oh, Abre Alas* tocada nos bailes de carnaval até os dias de hoje, nasceu em uma família militar e trocou o casamento pelo piano. Participava das "conferências-concerto" abolicionistas nas quais, após os discursos políticos, havia concertos de piano, declamações de atrizes dramáticas e apresentações de cantoras líricas que entoavam árias contra a escravidão. Em 1885, Chiquinha Gonzaga, considerada uma mulher à frente do seu tempo por desafiar os padrões e o machismo da sociedade, torna-se a primeira maestrina brasileira.

Maria Amélia de Queiroz, professora pernambucana e abolicionista, além da contribuição escrita, proferia palestras públicas em defesa da libertação dos escravos e do divórcio, posicionava-se contra a chefia masculina sobre a família e foi uma das fundadoras da Associação Aves Libertas.

Essas três mulheres, Maria Firmina dos Reis, Chiquinha Gonzaga e Maria Amélia, trataram de alfabetizar os ex-escravos, bem como ensinar-lhes técnicas de trabalhos manuais, visando a sua inserção no mercado de trabalho (TELLES, 1999).

Em 1907, iniciou-se um movimento de greves em que as tecelãs e as costureiras se destacaram. No período entre 1910 e 1919, ocorreram muitas greves, como a greve das operárias de fábricas têxteis, cuja mão de obra era composta majoritariamente por mulheres que reivindicavam regulamentação do trabalho feminino, jornada de trabalho de oito horas e igualdade salarial entre homens e mulheres.

É de 1917 a promulgação de uma lei que abolia o trabalho feminino noturno. A luta pelo voto feminino no Brasil ocorria concomitantemente com esse período de manifestações grevistas, chamado de movimento sufragista, primeiro movimento feminista organizado com origem na luta das abolicionistas. Em 1910, foi criado o Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Dalho, que promoveu uma passeata no Rio de Janeiro com aproximadamente 100 mulheres pelo direito ao voto (TELES, 1999, p. 43).

Em 1920, é fundada, por Maria Lacerda de Moura e Bertha Luz, a Liga para Emancipação Internacional da Mulher, grupo que tinha como luta principal a igualdade política das mulheres. No ano de 1922, surge a Federação Brasileira pelo Progresso

Feminino, que também dá mais impulso à luta da mulher pela conquista do voto. Em 1928, é eleita, no Rio Grande do Norte, no município de Lajes, Alzira Soriano de Souza. As mulheres conquistaram o direito de votar após a Revolução de 30, e foi em 24 de fevereiro de 1932 que o Código Eleitoral assegurou o voto feminino; entretanto, esse direito era somente para mulheres casadas, com autorização dos maridos, e viúvas com renda própria. Essas limitações deixaram de existir apenas em 1934, quando o voto feminino finalmente passou a ser regulamentado no Brasil por meio da Constituição Federal. Ainda no ano de 1934, é fundada a União Feminina, que se integraria à Aliança Nacional Libertadora, em que existia a participação de socialistas, comunistas e anti-imperialistas. Em seguida, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e demais entidades femininas sofreriam um duro golpe com a decretação do Estado Novo pelo Presidente Getúlio Vargas. A luta das mulheres se fundiu com a luta do povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia (TELES, 1999, p. 47).

Entre as duas grandes guerras mundiais, houve, no Brasil, a criação do Partido Comunista Brasileiro. Aconteceu a semana da arte moderna e alguns eventos, que intensificaram discussões sobre o destino da Sociedade brasileira, na ordem política e social. No pós-guerra, em 1945, no Rio de Janeiro, surgiu o Comitê de Mulheres pela Democracia, num esforço destas de confirmarem suas participações pelos direitos das conquistas pela igualdade profissional, administrativa, cultural e política. Em 1947, nasceu o *Jornal Momento Feminino*, com um tempo de vida de aproximadamente 10 anos e presente em 16 estados brasileiros. Ainda em 1947, foi criada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB). Em 1948, as mulheres tiveram participação na greve dos ferroviários e, deitadas sobre os trilhos, impediram a circulação dos trens. Em 1952, foi realizada 1ª Assembleia Nacional de Mulheres, com representantes de nove estados pela defesa dos direitos da mulher trabalhadora, da infância e pela paz mundial (TELES, 1999, p. 50).

Na década de 1960, houve uma conquista jurídica importante: em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, revogou vários dispositivos do Código Civil de 1916, entre os quais o que equiparava o status civil da mulher casada ao dos menores, tornando-a, portanto, civilmente incapaz. Toda a estrutura do Código se baseava no conceito de pátrio poder, isto é, no poder dos maridos e dos pais (homens). No mesmo ano, os avanços da ciência e da medicina

também tiveram uma grande contribuição para a liberação feminina; as pílulas contraceptivas chegaram ao Brasil, permitindo que as mulheres pudessem planejar a quantidade de filhos e espaçar o tempo entre os nascimentos. Dessa maneira, essas mudanças também auxiliaram as mulheres a fortalecerem a nova visão do papel feminino na sociedade.

Teles, em seu livro *Breve história do feminismo no Brasil*, também relata que as mulheres tiveram importante participação nas guerrilhas e na luta armada entre os anos de 1969 e 1974. Nas estratégias militares, cabia às mulheres as tarefas de apoio logístico e levantamento de informações, mas o comando das ações ficava a cargo dos homens. A inclusão das mulheres nas lutas armadas foi resultado das exigências das próprias mulheres. Ainda de acordo com a autora, “[...] com o Golpe de 64, as associações femininas praticamente desapareceram voltando a tomar impulso no ano de 1975 com o Ano Internacional da Mulher (TELES, 1999, p. 51).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o Ano Internacional da Mulher, e o feminismo brasileiro incorporou-se às comemorações mundiais. No Brasil, as feministas brasileiras se posicionaram contra a ditadura militar e a censura e a favor da redemocratização do país, da anistia e de melhores condições de vida. Debateram sobre a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, compreendendo e sugerindo que o planejamento familiar e o controle da natalidade fossem ações de políticas públicas bem estruturadas (GARCIA, 2015, p. 23).

Em dezembro de 1977, foi então sancionada a Lei nº 6515, a Lei do Divórcio onde iniciou discussão sobre a separação. Nos anos 80, as mulheres conquistam o direito de servirem nas forças armadas do Brasil. O movimento feminista também inicia as lutas contra violência de gênero e violência doméstica. É também na década de 80, mais precisamente no ano de 1985, que surge no Brasil a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher no estado de São Paulo. Logo após, começam a ser implantadas outras Delegacias em outros estados brasileiros, destinadas a investigar crimes contra violência doméstica e violência sexual contra as mulheres. Ainda em 1985, no Rio Grande do Sul, é criada a 1ª Companhia Policial Feminina na Brigada Militar, objeto desta pesquisa.

De acordo com a Lei nº 7353, de 29 de agosto de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em cujo Art. 1º diz que:

[...] com a finalidade de promover em âmbito nacional políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Esse Conselho, junto aos movimentos feministas e sociais, articula a participação feminina na Constituinte de 1986 a 1988.

Conforme Garcia (2015, p. 25) explicita em seu trabalho sobre os movimentos feministas brasileiros, a Constituição de 1988 passou a ser uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gênero ao incorporar e consolidar conquistas nacionais e internacionais que marcam um século de luta feminista. A nova Constituição trouxe muitos direitos conquistados pelas mulheres, entre eles: a igualdade jurídica entre homens e mulheres; a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres; o estabelecimento da igualdade de direitos e responsabilidades na família; a atribuição ao Estado brasileiro da não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos reprodutivos. Além disso, a licença maternidade foi ampliada para 120 dias e, buscando a igualdade, obteve-se a licença paternidade. Também foi reconhecida a necessidade de coibição à violência que ocorre no âmbito familiar.

Já na década de 90, em 1993, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) pelo poder público, que tinha como objetivo tratar políticas públicas para as mulheres, fazendo com que o Estado reconhecesse a violência e discriminação contra a mulher. No ano de 1995, a Lei nº 9.100/1995 foi a primeira ação afirmativa que previu que 20% de vagas de cada partido ou coligação nas eleições proporcionais das Câmaras Municipais deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres, visando aumentar a representatividade feminina no parlamento.

Já no Rio Grande do Sul, na Brigada Militar, foi no ano de 1993 que as mulheres passaram a atuar lado a lado com os homens nos batalhões, sendo extintas as companhias femininas. Segundo Haas (2011, p. 17), em 1994, por meio da Lei nº 10.352, foi possibilitado às oficiais mulheres chegar ao posto de coronel dentro de seu quadro. Alterando a legislação de 1985, acrescido no inciso IV da Lei 7977, “IV - Fica assegurada aos servidores militares do Estado, integrantes do Quadro Especial de

Oficiais PM Femininos, a progressão na carreira, dentro de quadros, até o posto de coronel, na forma que a Lei dispuser”.

Entretanto, Haas (2011) diz que,

[...] somente em 1997, com a aprovação da Lei Complementar 10.992, que tratou sobre a reestruturação da Brigada Militar, onde foi criado um quadro novo denominado Quadro de Oficiais de Estado Maior, tendo como pré-requisito título de Bacharel em Direito, é que foi possibilitada a real ascensão das mulheres, em igualdade de condições com os homens na Brigada Militar do RS.

Ainda em 1997, de acordo com Alves (2010),

A Lei nº 9.504/1997 configurou-se em ação afirmativa normativa que visa à inclusão política das mulheres, buscando aumentar a participação feminina nas casas legislativas, por meio da exigência de cotas eleitorais aos partidos políticos. As cotas eleitorais não ferem o princípio constitucional da igualdade porque visam exatamente a reverter a histórica desigualdade de tratamento das mulheres na sociedade brasileira.

As lutas femininas contemporâneas dos anos 2000 foram ampliando-se de acordo com as discussões e com as causas sociais que foram surgindo, pois seguem sendo bandeiras que deveriam ser defendidas pela sociedade como um todo. No ano de 2006, tem-se uma das mais significativas conquistas do movimento feminista, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 2006. O nome homenageia a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após anos de violência doméstica, e visa punir, de forma mais efetiva, os homens – normalmente companheiros – agressores no âmbito familiar e doméstico. Além da punição para agressão física, enquadram-se também violência psicológica, sexual, patrimonial, além da proteção à mulher denunciante.

A Lei Federal n 12.015, de agosto de 2009, foi sancionada e endureceu as penas para os casos de estupro, assim como ampliou a aplicação para os casos que anteriormente eram tratados como atos libidinosos. Também é do ano de 2009 a Lei 12.034/2009, que determinou a concessão mínima de 10% do tempo de propaganda partidária para as mulheres, bem como a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Em 2010, o Brasil tem, pela primeira vez, uma mulher eleita presidente do país e, durante o segundo mandato do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foi

sancionada a Lei 13.104 de 2015, que trata do Femicídio. A Lei do Femicídio qualificou o crime de homicídio quando cometido contra mulheres por razões da condição do sexo feminino. De acordo com nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), “[...] femicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.”.

Com o surgimento da pandemia mundial do SARS-CoV-2/Covid-19, os registros de violência contra a mulher aumentaram significativamente, visto que esta sofre grande parte dos abusos e violências dentro de casa. De acordo com a Nota Técnica produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência doméstica durante a pandemia do Covid-19, dados estatísticos dos meses de março a abril de 2020 cresceram em relação ao ano de 2019, conforme pode ser visto na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Femicídios

Unidade da Federação	Femicídios						Acumulado (março e abril)		
	mar/19	mar/20	Variação (%)	abr/19	abr/20	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
Acre	1	2	100,0	0	2	...	1	4	300,0
Amapá	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Ceará	2	3	50,0	1	1	0,0	3	4	33,3
Espírito Santo	2	3	50,0	4	0	-100,0	6	3	-50,0
Maranhão ⁽¹⁾	1	8	700,0	5	8	60,0	6	16	166,7
Mato Grosso ⁽²⁾	2	10	400,0	4	5	25,0	6	15	150,0
Minas Gerais	8	8	0,0	14	9	-35,7	22	17	-22,7
Pará	4	4	0,0	1	6	500,0	5	10	100,0
Rio de Janeiro	9	5	-44,4	9	3	-66,7	18	8	-55,6
Rio Grande do Norte	1	4	300,0	3	0	-100,0	4	4	0,0
Rio Grande do Sul	11	11	0,0	6	10	66,7	17	21	23,5
São Paulo	13	20	53,8	16	21	31,3	29	41	41,4
Total	54	78	44,4	63	65	3,2	117	143	22,2

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC; Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Os dados do estado do Maranhão referentes aos meses de abril de 2019 e 2020 compreendem apenas o período entre os dias 01/04 e 17/04.

(2) Os dados referentes a abril de 2019 e de 2020 dizem respeito somente às vítimas com idades de 18 a 59 anos.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Em 2015, de acordo com Alves (2010) em seu artigo sobre cota eleitoral de gênero, aconteceu uma

Minirreforma Eleitoral promovida pela Lei n.º 13.165, de 29 de setembro de 2015, que estabeleceu, em seu artigo 93-A, o dever de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promover, no período de 1º de abril a 30 de julho dos anos eleitorais, propaganda institucional de até cinco minutos diários em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, assim

como esclarecer o eleitorado sobre as regras e funcionamento do sistema eleitoral.

A Lei nº 13.718, de setembro de 2018, Lei da Importunação Sexual, conhecida como LIS, alterou o Código Penal, tipificando e criminalizando comportamentos e condutas abusivas. Para que seja enquadrado na lei, o crime deve se manifestar em espaço público, sem uso de força ou hierarquia entre vítima e agressor. “Ela se difere do estupro porque não apresenta violência física, e do assédio porque não há relação hierárquica ou de subordinação” (PANTALEÃO, 2020).

A luta das mulheres vem de tempos longínquos, tendo ocorrido em diversos países e de diferentes maneiras, mas ser mulher, no Brasil, está longe de ser fácil; precisa-se combater e desconstruir os comportamentos sociais que se perpetuam com o passar dos anos e se apresentam de diversas formas: a piada machista, o assédio na rua, a violência doméstica, a tortura psicológica, o assédio nos locais de trabalho e todas as desigualdades nos espaços de poder.

É necessário que a prevenção do crime venha antes da aplicação da lei, uma vez que é por meio da conscientização e educação da sociedade que será possível diminuir os dados estatísticos vistos diariamente nos noticiários e nos sites oficiais da Segurança Pública, pois o Brasil aparece em 4º lugar entre os países da América Latina mais perigosos para se ser mulher, de acordo com dados do Fórum Econômico Mundial (2021).

A seguir, será apresentada a Instituição Brigada Militar, um breve histórico dessa corporação e a contextualização da inclusão das mulheres no meio militar.

2.2 BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

A Instituição Brigada Militar consiste na polícia militar do Rio Grande do Sul, e seu surgimento e sua história se confundem com a formação do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, vemos o Rio Grande do Sul ser um Estado que desde sua formação é militarizado, por decorrência dos vários entraves ocorridos pelas disputas de terras e demarcação de fronteiras que aqui ocorreram. Pois é justamente dessa necessidade que surgem as primeiras forças militares organizadas no Estado do Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2011, p. 1).

Primeiramente, como Força Policial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, instituída em Lei Provincial número 7, em 18 de novembro de 1837, em decorrência da necessidade de garantir a integridade da Colônia Portuguesa, assegurar a ordem pública e defender as instituições. Tinha como efetivo 19 oficiais e 344 praças, e suas atribuições estavam assim definidas: auxiliar na justiça, manter a ordem e a segurança pública na capital, nos subúrbios e nas comarcas. Regulamentada somente no ano de 1841, para garantir a segurança e lutar pelo Estado em diversas revoltas de cunho federal, ao longo dos anos foi redenominada, passando por inúmeras transformações de estrutura e alterações de nomenclatura em função da instabilidade política do período. Inicialmente Corpo Policial, passou por Guarda Cívica e Brigada e, somente a partir do Ato nº 357, de 15 de outubro de 1892, ocorreu a criação da Brigada Militar do Estado, para zelar pela segurança pública e garantir o manutenção da República e do Governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis em todo o território sul-rio-grandense.

Já com a denominação de Brigada Militar, três anos após o advento da República no Brasil, tem início à história da corporação com o nome que conserva até nossos dias e, desde então, acompanha todos os fatos marcantes da trajetória deste Estado (CONSUL, 1999, p. 40).

Segundo Mariante (1972¹ *apud* FLORES, 2012, p. 21), a Brigada Militar vivenciou três fases: o Período Bélico, o de Transição e o Policial-Militar. O Período Bélico estendeu-se desde a criação da instituição no ano de 1892 até o ano de 1932 e caracterizou-se por vários conflitos armados, dos quais a Brigada Militar participou.

Neste período, a Corporação vivia um constante aquartelamento, já que fora criada aos moldes do Exército Brasileiro. Os primeiros comandantes foram oficiais deste, sendo grande a preocupação de que o treinamento, hierarquia e disciplina fossem iguais (FLORES, 2012, p. 21).

Em 18 de maio de 1917, assume o primeiro comandante-geral oriundo da Corporação, o coronel Affonso Emílio Massot.

Em 24 de maio de 1917, a organização militar passa a ser considerada força auxiliar do Exército de 1ª linha e, com isso, importante convênio, constado de dezessete itens, foi firmado entre os governos do Estado e da União, destacando-se a clausura que proporcionou à Brigada Militar a faculdade de formar reservistas de primeira categoria. A importância de tal comissão era

¹ MARIANTE, Hélio Moro. **Crônicas da Brigada Militar gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

de alta relevância para a força gaúcha que, assim, conquistou melhores oportunidades para o preenchimento dos seus quadros (CONSUL, 1999).

De acordo com Consul (1999, p. 44), cessado o ciclo revolucionário com operações guerreiras em 1932, inicia-se a *Fase de Transição* para a milícia sul-riograndense. O Governo da República centraliza o poder em suas mãos. Exército e Marinha são reorganizados e cria-se a Força Aérea Brasileira. Com o fortalecimento do governo central, os governos dos Estados veem a necessidade de adequar-se e aprimorar-se, pois havia somente duas soluções: a extinção ou o aproveitamento de suas forças militares no serviço de policiamento. Sendo assim, a Brigada Militar necessitou se atualizar e conquistar seus integrantes, principalmente os mais antigos, que ficaram insatisfeitos ao se verem como força policial, em função da cultura herdada do Exército Brasileiro. A conscientização do público interno, a conquista da confiança das autoridades e da população gaúcha, entre outras estratégias, foram as formas que a instituição encontrou de se adaptar às novas exigências. As unidades se transformaram em batalhões para atender às necessidades de serviço das diferentes regiões do Estado, surgindo, assim, a Fase Policial Militar no ano de 1960.

A partir de 1961, novas mudanças ocorreram: a Brigada Militar passou por novo processo de renovação, substituiu batalhões e extinguiu outros em busca de modernização e qualificação do seu trabalho. As extinções e substituições ocorreram em função do Decreto nº 12280 de 21.04.1961, que determinava “[...] a extinção dos Batalhões de caçadores, que foram substituídos pelos Batalhões de Guardas e Batalhões policiais; ainda, os regimentos de Cavalaria passaram a ser denominados de Regimentos de Polícia montada (RPMont)” (MEZZOMO, 2005² *apud* RIBEIRO, 2011, p. 17).

A atuação da Brigada Militar nos conflitos da Legalidade é outro momento histórico importante, pois houve um grande deslocamento das tropas brigadianas para auxiliar o Estado a impedir o surgimento da desordem. O golpe civil-militar de 1964 conduziu a Brigada Militar a um momento de grande apreensão, visto que o país atravessava um período de crise política, forçando a instituição a se posicionar e fazer

² MEZZOMO, Sócrates Ragnini. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

a manutenção da ordem no Estado, apesar da grande instabilidade política. No ano de 1967, foi eleito governador do Estado o Coronel da Brigada Militar, Walter Peracchi Barcelos, que extinguiu a Guarda Civil e a Divisão de Policiamento do Trânsito, passando a totalidade do policiamento ostensivo do Estado a ser feito pela Brigada Militar (CONSUL, 1999, p. 45). Foi por meio do Decreto-lei nº 317 de 1967 que se regulamentou a ação nas polícias militares como instituição de manutenção da ordem e segurança interna. Essa nova configuração da instituição foi consolidada somente em 1974, e por meio do Decreto nº 23.245/74, que organizou as polícias militares no Brasil, passando a Brigada Militar, dessa forma, a ter o papel exclusivo de polícia ostensiva do Estado do Rio Grande do Sul.

A Brigada Militar sempre apresentou um papel ativo na busca da manutenção da ordem, na segurança interna e na defesa dos poderes. Além disso, pode-se perceber que a disciplina e a hierarquia se mantiveram com o passar dos anos nas próprias funções destinadas à instituição, assim sendo vista como Força Auxiliar e Reserva do Exército Nacional.

2.2.1 A inclusão das mulheres na Brigada Militar

A crescente inserção das mulheres nas mais diversas áreas de trabalho, antes exclusivamente masculinas; as novas exigências das legislações; e a Portaria nº. 27, de 10 de junho de 1977, do Estado-Maior do Exército, que garantiu a participação da mulher às fileiras do Exército, admitindo-as somente em 1984, são fatores que surgem para a incorporação feminina nas polícias militares,

A institucionalização das polícias vem se transformando com a crise de velhos valores, como organização, força e a identidade masculina. Busca confrontar esta imagem com a realidade atual, com a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação, o trabalho em equipe (CALAZANS, 2003, p. 39)

Faz-se lembrar que as mulheres, desde o início do século XX, já estavam atuando como policiais em muitos países pelo mundo. No Brasil, segundo os estudos de Calazans (2003), sabe-se que o Estado de São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955; em seguida, Paraná, em 1977; Amazonas, em 1980; Minas Gerais, em 1981; Pará, em 1982; e Santa Catarina, em

1983. A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas. Assim, por meio do Decreto Lei Federal nº. 2106, de fevereiro de 1984, o Exército admite a inserção das mulheres a fim de atender às necessidades das corporações.

A Brigada Militar, para se adequar às mudanças emergentes, obrigou-se novamente a aceitar a realidade que surgia face às transformações da sociedade. Com isso, foi criada a 1ª Companhia de Polícia Militar Feminina, pela Lei nº 7.977, de 8 de janeiro de 1985, com um efetivo inicial de 135 policiais militares femininas. Sancionada e promulgada pelo então governador do Estado Jair Soares, em seu artigo 1º, apresenta-se subordinada operacionalmente a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) ao Comando de Policiamento da Capital, para emprego exclusivamente na atividade-fim da Corporação. Ainda de acordo com a Lei 7.977, essas mulheres só poderiam chegar ao posto máximo do Quadro Especial de Oficiais de Polícia Militar Feminina como Capitão PM Fem. As dez primeiras mulheres ingressaram na Brigada Militar em 17 de fevereiro de 1986 para frequentarem o Curso de Habilitação de Oficiais Femininos (CHOFem), na Academia de Polícia Militar, com duração de um ano e meio, o que correspondia à metade do curso masculino. Essas primeiras oficiais terminaram o curso em 24 de julho de 1987 e homenagearam Anita Garibaldi.

Na Figura 2, estão presentes as dez primeiras mulheres no Palácio Piratini na apresentação do fardamento feminino, desenhado pelo estilista gaúcho Rui Spohr ainda durante o curso de formação de oficiais.

Figura 2 - Estilista Rui Spohr na apresentação do fardamento feminino desenhado para a primeira turma de oficiais mulheres



Fonte: Acervo do Museu da Brigada Militar (1986).

Já na Figura 3, temos uma fotografia da formatura da primeira turma de oficiais mulheres, ocorrida na Academia de Polícia.

Figura 3 - Formatura da primeira turma de oficiais feminina



Fonte: Acervo do Museu da Brigada Militar (1987).

Em 31 de julho de 1987, foi realizada a formatura da primeira turma de Sargentos Femininos, composta por 16 alunas, seguida da primeira turma de Soldados Femininos (composta por 59 alunas), em 25 de setembro de 1987. As formandas homenagearam, como patrona da turma, Olmira Leal de Oliveira, conhecida como Cabo Toco, a primeira mulher a ostentar uma farda e integrar as fileiras da Corporação, em 1923, quando participou dos movimentos revolucionários dos seguintes períodos: 1923, 1924 e 1926.

Na Figura 4, a fotografia diz respeito à turma de sargentos mulheres em sua cerimônia de formatura do curso de formação militar, ocorrida no Ginásio da Brigada Militar no ano de 1987.

Figura 4 - Formatura da primeira turma de sargentos feminina



Fonte: Acervo do Museu da Brigada Militar (1987).

Na Figura 5, observa-se a formatura da primeira turma de soldadas mulheres, também ocorrida no Ginásio da Brigada Militar, que se uniria ao restante das mulheres já formadas, oficiais e sargentos, para compor a 1ª Companhia de Polícia Militar Feminina.

Figura 5 - Formatura da primeira turma de soldados feminina



Fonte: Acervo do Museu da Brigada Militar (1987).

No dia 25 de setembro de 1987, ano em que a Brigada Militar completava 150 anos, instalou-se a Companhia Feminina, a qual foi incorporada ao 9º Batalhão de Polícia Militar, unidade responsável pela segurança do centro de Porto Alegre. A lei de criação da polícia feminina previa o emprego exclusivo na atividade-fim da Corporação, ou seja, no policiamento ostensivo, sendo o emprego restrito a ocorrências com mulheres, crianças e idosos em locais como escolas, aeroporto, rodoviária e centro da capital, bem como ocorrências no trânsito. O efetivo feminino também era empregado em *shows*, eventos esportivos e feiras em todo o Estado, em apoio a outras Organizações Policiais Militares (OPM) (HAAS, 2001, p. 24). A Companhia Policial Militar Feminina (Cia PM Fem) permaneceu na sede do 9º Batalhão de Polícia Militar, provisoriamente, até 01 de fevereiro de 1988, quando passou a ocupar um prédio próprio.

Ainda no ano de 1988, por meio do Decreto nº 32.859, de 09 de junho de 1988, o governador do Estado, Pedro Simon, criou, na Corporação, a 2ª Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) e a 3ª Companhia Policial Militar Feminina, com sede em Novo Hamburgo, com o Decreto nº 33.306, de 22 de setembro de 1989, o qual alterava a Organização Básica da Brigada Militar do Estado. A criação de mais companhias e a necessidade de mais espaço físico a ser ocupado por esse efetivo fez com que fosse construído um novo prédio para abrigar mais duas unidades. Assim, a

polícia militar feminina instalou-se em outro local no ano de 1989. Como se pôde verificar aos poucos, as mulheres foram conquistando seu espaço e, de acordo com Haas (2011, p. 25),

[...] a partir de 1991, as Cia PM Fem passaram a ser comandadas por Oficiais do quadro feminino e, em 1992, deixaram de ser OPM independentes, sendo incorporadas pelos OPM da Capital (1º 9º e 11º BPM). O Decreto nº 34.572 de 16/12/92 criou Pelotões Femininos em unidades no interior do Estado do RS.

Em 1993, a Companhia Policial Militar Feminina de cada OPM foi desfeita, e o efetivo feminino distribuído nas Companhias Policiais Militares (Cia PM) também teve seus batalhões extintos. Mulheres e homens passaram a desempenhar as mesmas atividades indistintamente, com a única diferença de que ainda integravam quadros diferentes (HAAS, 2011, p. 25-26).

A Lei nº 10.352, do ano de 1995, alterou a Lei 7.977, possibilitando a ascensão das Oficiais femininas ao posto de Coronel e

[...] em 1997, através da Lei Complementar nº 10 992 de 18/08/97, o Quadro Especial de Polícia Militar Feminina foi extinto, unificando os quadros masculinos e femininos nos quadros QOEM (quadro de oficiais do estado maior) (Cap à Cel), QTPM (quadro de tenentes policiais militares) e QPM (quadro de policiais militares/ praças), passando Oficiais e Praças femininos a concorrerem às vagas existentes, concomitantemente, com o masculino. As oficiais e praças femininos passaram a ter oportunidade de servirem em qualquer Órgão da Corporação (RECHDEN, 2001, p. 22-23).

Abaixo, a Figura 6 apresenta a cronologia da inclusão das mulheres na Brigada Militar a partir das legislações criadas, conforme relatado no decorrer do texto.

Figura 6 - Linha do Tempo sobre inclusão das mulheres

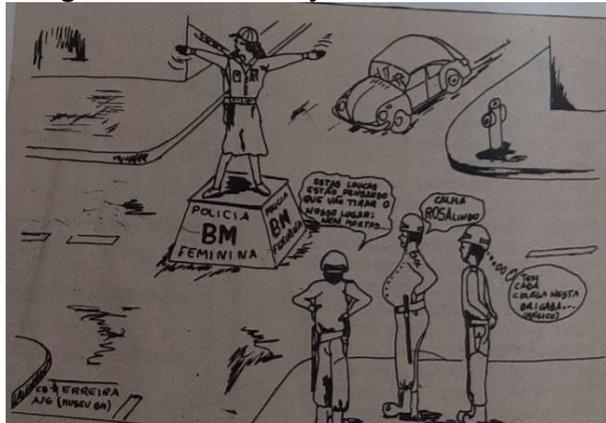


Fonte: Elaboração própria.

Nota: Utilizada a ferramenta <https://spark.adobe.com/express-apps/timeline/> com informações do texto.

A presença feminina realizando o policiamento ostensivo foi retratada por meio de uma charge em um jornal de circulação interna da Brigada Militar, intitulado O Quero-Quero, o qual era um órgão oficial de divulgação do clube dos cabos e soldados da Brigada Militar do RS e possuía impressão trimestral. A Figura 6 traz uma ilustração do jornal datada de julho/agosto/setembro de 1987.

Figura 7 - Recorte de jornal O Quero-Quero



Fonte: Arquivo particular de uma das integrantes da 1ª turma de mulheres (1987)

A Figura 7 mostra colegas do sexo masculino conversando entre si sobre uma mulher que realiza o policiamento em cima de um pedestal em um cruzamento de trânsito. Pode-se verificar, em função do discurso desses policiais homens retratados na charge, a resistência interna de alguns sobre a inclusão das mulheres no serviço efetivo.

Para Bordieu (2012, p.115),

[...] a violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua idéia mais profunda de si mesmos como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como as das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade.

Oliveira e Zanutto, (2008, p. 232) afirmam:

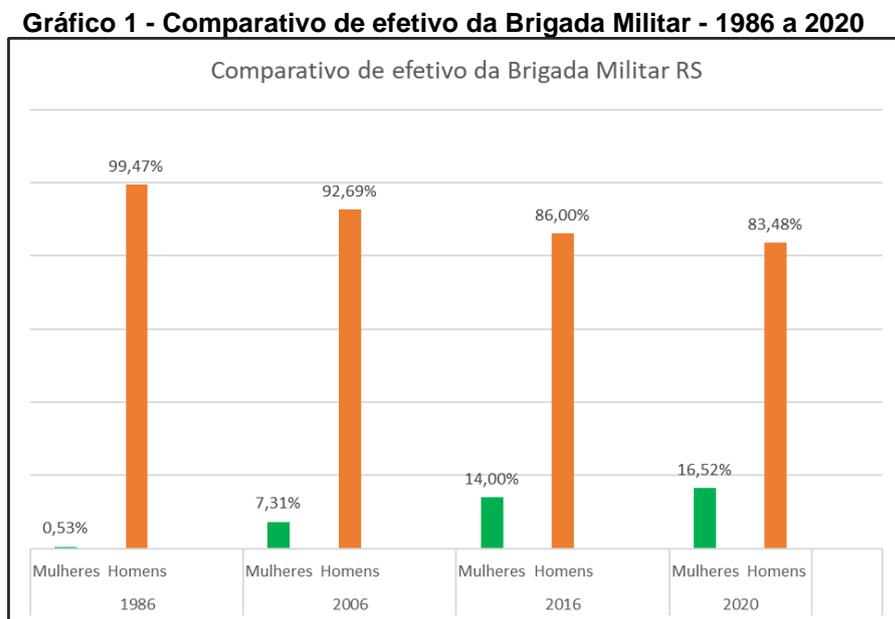
Na charge, há uma dupla operação de representações de imagens de identidade coletiva, tanto por parte de quem produz quanto daqueles que irão interpretá-la. Tal prática discursiva estaria montada sobre “um já dito”, isto é, uma memória histórica e social acerca do brasileiro.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, essas mulheres pioneiras conseguiram superar todas as expectativas da Corporação Militar, ganhando espaço na atividade policial.

Para demonstrar o crescimento do efetivo feminino na instituição militar, são apresentados gráficos demonstrativos de distribuição de efetivo por gênero. As informações foram fornecidas pelo Departamento Administrativo da Brigada Militar e

trazem a questão da representatividade do gênero feminino em comparação ao masculino.

O recorte de período a partir do ano de 1986 justifica-se pelo fato de este ter sido o primeiro ano da inclusão das mulheres. Os demais anos, por sua vez, têm o intuito de amparar o histórico da inserção feminina e ilustrar a evolução do efetivo feminino na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. No gráfico 1, apresenta-se os dados de efetivo por gênero do ano de 1986 a 2020, em que é possível verificar o aumento do número de mulheres na atividade de policial militar.



Fonte: Dados de Pesquisa

No decorrer dos anos, houve transformações no que se relaciona ao papel das mulheres na sociedade. Em um passado não muito longínquo, as mulheres não podiam participar da vida política e ficavam fora do mercado de trabalho, limitando-se ao espaço do lar. Conforme os estudos de Calazans (2003), a inclusão feminina no meio militar aconteceu como uma ruptura nos padrões estabelecidos da época. Independência financeira, atuação política, liberdade de escolha e autonomia foram as aspirações que fizeram com que essas mulheres encarassem esse pioneirismo na atividade de polícia no Rio Grande do Sul.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o povo gaúcho ainda não estava acostumado a ver policiais mulheres atuando em policiamento na rua. Existia preconceito em relação ao efetivo feminino realizando atividades até então

exclusivamente masculinas, visto que era uma Instituição Militar que, na época da inclusão das mulheres, contava com 150 anos de história. As mulheres passaram a ser consideradas efetivamente iguais aos homens no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 5º, institui: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição (BRASIL, 1988, p. 13). Todavia, a existência de uma legislação não era (e ainda não é) o suficiente para se ter igualdade.

As mulheres na Brigada Militar desenvolveram um excelente trabalho, o que pode ser observado atualmente nas ruas do Rio Grande do Sul, bem como nos gráficos de crescimento de efetivo da instituição apresentados nesta pesquisa, pois, de acordo com Flores (2012, p. 60),

Ser policial fora o objetivo atingido, mais uma barreira superada pela vontade e superação feminina. Na atividade fim, a mulher demonstrou sua capacidade no policiamento de rua, trabalhando no período diurno em rodoviárias, aeroportos, escolas e trânsito. As mulheres conseguiram superar as expectativas da Corporação e da sociedade que estava receosa com a mulher policial.

As mulheres seguem prosperando na Brigada Militar, atingindo também postos de comando nas mais diversas áreas, o que era inimaginável para as primeiras. O sucesso feminino nas funções da Instituição somente foi possível em virtude das pioneiras, que entraram e passaram por diversas situações, até que outras mulheres pudessem almejar outros postos na Corporação.

Na próxima seção, discutiremos a relação da Ciência da Informação com a Arquivologia, bem como a aproximação desta com a Organização do Conhecimento.

3 ARQUIVOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES

A Organização do Conhecimento encontra-se no bojo da atividade de representação e acesso aos documentos de arquivo. As discussões nesta seção apresentam conceitos sobre a área de Arquivologia e sua aproximação com a Ciência da Informação, além de relacionar a Arquivologia com a Organização do Conhecimento. As abordagens aqui realizadas buscam embasar os objetivos definidos na pesquisa, ao representar o conteúdo dos documentos produzidos referente à inclusão feminina no meio militar a partir de um sistema de organização do conhecimento. Esta seção também vai discorrer sobre a Organização do Conhecimento, relacionando conceitos de autores da área e de áreas próximas com a Arquivologia, bem como sobre a análise do domínio na Organização do Conhecimento, apresentando uma análise do domínio desenvolvida sobre a inclusão feminina em uma instituição militar. Por fim, apresenta conceitos sobre a representação do conhecimento e os sistemas de organização deste, aprofundando a taxonomia como um instrumento de gestão na organização do conhecimento, visto que é o sistema de organização de conhecimento selecionado para ser desenvolvido na pesquisa de mestrado.

3.1 ARQUIVOLOGIA: ARQUIVO, DOCUMENTO DE ARQUIVO, INFORMAÇÃO, DADOS E MEMÓRIA

Em um contexto de acumulação de documentos, surge a Arquivologia, criada a partir da demanda para organizar a documentação custodiada nos arquivos sem tratamento arquivístico e para dar acesso às informações acumuladas nos acervos. No Brasil, “[...] a arquivologia ‘nasce’ somente na década de 1960, se considerarmos o primeiro curso regular para a formação de arquivistas, oferecido pelo Arquivo Nacional” (MARQUES, 2017, p. 79). Desde então, vem crescendo dentro do cenário brasileiro em função das legislações relacionadas à regulamentação dos Arquivos.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA) (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), a Arquivologia é definida como a “[...] disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também

chamada arquivística”. Fonseca (2005), em sua obra *Arquivologia e Ciência da Informação*, traz algumas afirmações de estudiosos da área sobre o conceito de Arquivologia, que, assim como o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, não incluem a informação como objeto da área:

Delmas (2001¹ *apud* FONSECA, 2005, p. 10) [...] analisou o tema sob uma perspectiva francesa. Para ele, a arquivologia é a ciência que estuda os princípios e os procedimentos metodológicos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar a preservação dos direitos, dos interesses, do saber e da memória das pessoas físicas e morais.

Para Vasquez (1994 *apud* FONSECA, 2005, p. 10), [...] a arquivologia ou a ciência da administração de documentos e arquivos é um campo de saber cujos objetos de estudo são: os documentos de arquivo; os arquivos e os sistemas de arquivos; os arquivistas e as associações de arquivistas”. Na terminologia sistematizada por colegas portugueses [...], a arquivística é a “disciplina que estuda os princípios teóricos e práticos do funcionamento do arquivo e do tratamento dos seus fundos.

Para Esposel (1994² *apud* FONSECA, 2005, p. 10), [...], a arquivologia é uma disciplina auxiliar da administração e da história, que se refere à criação histórica, organização e função dos arquivos e seus fundamentos legais ou jurídicos.

A Arquivologia, desde os primórdios, esteve voltada somente ao registro documental. Nas últimas décadas, entretanto, com o advento das tecnologias e dos computadores, foi necessário voltar o interesse e o olhar arquivístico para os documentos de arquivo, bem como diferenciar o que é arquivo, documento de arquivo e informação. Conforme Heredia (1993), “[...] importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e sua ordem: arquivos - documentos de arquivo – informação.” Além desta tríplice dimensão acrescenta-se também na discussão para este estudo o conceito de dados.

Em seu guia para acesso aos dados de pesquisa, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, nos dá a definição de dados de pesquisa como “registros factuais (pontuações numéricas, registros textuais, imagens e sons) usados como fontes primárias para pesquisa científica, e que são comumente aceito na comunidade científica como necessário para validar resultados da pesquisa. Um conjunto de dados de pesquisa constitui uma representação sistemática e parcial do assunto que está sendo investigado (OCDE, 2007, p.14, tradução nossa)”.

¹ DELMAS, Bruno. Archival science facing the information society. **Archival Science**, v.1, p. 25-37, 2001.

² ESPOSEL, J. P. **Arquivos uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã, 1994.

Sales e Sayão (2019, p. 36), trazem o conceito de dados como “é todo e qualquer tipo de registro coletado, observado, gerado ou usado pela pesquisa científica, tratado e aceito como necessário para validar os resultados da pesquisa pela comunidade científica”. Os dados existentes nos arquivos devem ser tratados e recuperados e a Organização do Conhecimento pode auxiliar por meio de sistemas de organização do conhecimento. Ainda de acordo com os mesmos autores “o conceito de dados de pesquisa pode variar não apenas de acordo com o domínio disciplinar, mas também de acordo com o propósito e até com a metodologia empregada na pesquisa (SALES; SAYAO, 2019, p.46)”.

Já Toutain (2012, p. 18) afirma que

[...] os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – são fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação.

Os arquivos não são construídos por acaso, visto que a história é feita dia a dia com documentos do cotidiano, cujas informações evidenciarão visões da sociedade, de fatos, de comportamentos e de períodos de todas as épocas. Barros e Sousa (2019, p. 86) nos trazem a seguinte definição: “os arquivos, de maneira geral, buscam preservar a identidade única dos documentos, visando a mantê-los de forma que se evidenciem as relações entre os documentos e a instituição que os produziu”. O conceito de arquivo apresentado pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* define-se como o “[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Lopes (2000, p. 33), por sua vez, define arquivo como

[...] acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária(bits); Produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independente de suas idades e valores intrínsecos.

Já para Ampudia Melo (1988³, *apud* FONSECA, 2005, p. 38), “[...] os documentos e os arquivos são, como já se disse, a expressão material mais clara e o mais firme sustentáculo da natureza da administração pública”. Para Cook (2012), que em sua obra aborda o impacto da pós-modernidade na Arquivologia, os documentos tendem a ser considerados não mais objetos físicos estáticos e passivos, mas conceitos dinâmicos, virtuais, agentes ativos, passando a ser situados não mais dentro de organizações hierárquicas estáveis, mas em redes horizontais fluídas.

Bellotto (2006, p. 36), por sua vez, define documento como qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa, como o artigo de revista ou jornal, o relatório o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos pela atividade humana.

As atividades-meio e as atividades-fim devem estar refletidas ao retratar as funções de um órgão produtor de documentos, pois o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu e se for gerado em função de atividades funcionais, administrativas e legais, podendo ser manuscritos, impressos ou audiovisuais e apresentar-se em uma grande variedade de forma e suporte. Em 1961, Bautier afirmava que um documento não poderia ser verdadeiramente compreendido fora do contexto ao qual pertencia.

No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, documento tem a seguinte definição: “[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Foi com os arquivistas canadenses, na década de 1990, que tivemos o início das mudanças de paradigma da Arquivística, oriundas muito em função do grande desenvolvimento da tecnologia da informação, além de que se pode afirmar que o objeto de estudo da área deslocou-se do arquivo/documento para a informação. Conforme Fonseca (2005, p. 59),

[...] o objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, deslocou-se do “arquivo” para informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de

³ AMPUDIA MELLO, J. Enrique. **Institucionalidade y gobierno**: um ensayo sobre la dimensión archivística de la administración pública. México: Instituto Nacional de Administración Pública, 1988.

forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida.

Assim, a Arquivologia se relaciona com a Ciência da Informação, com o objetivo de ampliar a teoria e por meio da aproximação e cooperação mútua entre as áreas, tornando evidente a contribuição entre elas em função da necessidade de interpretação da informação gerada nos documentos de arquivo.

Borko (1968, p. 1) define Ciência da Informação da seguinte maneira:

[...] a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que regem o fluxo de informação e os mecanismos de processamento da informação visando à melhor acessibilidade e usabilidade. Preocupa-se com o conhecimento sobre a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Inclui a pesquisa sobre a representação da informação em sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para transmissão eficiente de mensagens e o estudo de dispositivos e técnicas de processamento de informações como computadores e seus sistemas de programação.

Ao fazer a relação dos objetos da Arquivologia e da Ciência da Informação, Vitoriano (2017, p. 58) afirma que “[...] a informação registrada é o objeto da Ciência da Informação; e a Arquivologia, se considerarmos o conceito de documento de arquivo tem como objeto o documento produzido a partir da realização de funções e atividades de entidades e pessoas, como informação registrada”. Ainda referente à informação na Ciência da Informação, Fogl (1979⁴ *apud* BRÄSCHER, 2008, p. 4) apresenta a sua visão com algumas características sobre o conceito de informação:

[...] 3) Informação é uma forma material da existência do conhecimento; 4) informação é um item definitivo do conhecimento expresso por meio da linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos; 5) informação existe e exerce sua função social por meio de um suporte físico; 6) informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem.

Jardim (1998), por sua vez, estudou profundamente as especificidades dos arquivos como campo informacional na questão do Estado moderno e democrático. Segundo ele,

⁴ FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, The Hague, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

[...] a informação arquivística reflete e fornece elementos à construção de uma racionalidade estatal; os dispositivos de gestão dessa informação expressam um domínio do saber – o arquivístico –, que resulta dessa mesma racionalidade; os arquivos – sejam como conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado – constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico (JARDIM, 1998, p. 47)

Para Bellotto (2006, p.271), “a informação administrativa não se restringe a si mesma. Considerando, de modo mais abrangente, e analisando como transmissão cultural lançada para o futuro por meio de diferentes documentos inseridos em distintos suportes, a informação pode significar muito mais quando estiver aliada a outras informações advindas de campos não arquivísticos”. O arquivista contemporâneo sabe que vivemos na era da informação, em que as tecnologias da informação e da comunicação têm presença muito forte. O reconhecimento da informação como objeto da arquivística ampliou o que pode ser considerado documento de arquivo. A informação orgânica, a partir dessa nova visão, refere-se à informação acumulada oriunda de uma pessoa física ou jurídica. Deschâtelet (1990⁵ *apud* FONSECA, 2005, p. 27) coloca que o

[...] objeto da Ciência da Informação é mais a transferência da informação de uma fonte para um usuário do que a informação em si mesma. Assim, essa área do Conhecimento estaria voltada para o estudo da aquisição de conhecimento, isto é, informações às quais se emprestou uma significação.

A Ciência da Informação surge após a explosão informacional e social ocorrida no pós-Segunda Guerra Mundial, em função da grande expansão científica e tecnológica e da necessidade de aperfeiçoar as técnicas de recuperação da informação. Borko (1968, p. 5) também conceitua Ciência da Informação como

[...] uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam os fluxos e os usos da informação, e as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando a sua armazenagem, recuperação, e disseminação ideal.

⁵ DESCHATELET, Gilles. L'archivistique et La bibliothéconomie: deux disciplines soeurs dans l'arbre genealogique des sciences de l'information. *In*: GIRA. **La place de l'archivistique dans La gestion de l'informations**: perspectives de recherches. Montreal: Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales Du Quebec, 1990.

De acordo com Capurro (2003), a Ciência da Informação apresenta três paradigmas: físico, cognitivo e social. No paradigma físico, a informação é tratada como algo tangível, como documentos e livros ou quaisquer objetos que possuam valor informativo, o que pode ser qualquer “coisa” Buckland (1991). A recuperação da informação é algo mecânico e automático, não levando em consideração as interpretações possíveis dos usuários.

O paradigma cognitivo traz a relação da Documentação com a Ciência da Informação, em que o objetivo das áreas é a recuperação da informação e dos conteúdos armazenados nos suportes físicos, conforme apresentado no paradigma físico. A recuperação da informação passa a estar mais focada nos usuários do que nos sistemas de busca propriamente ditos.

Saracevic (1995) afirmava que, por volta dos anos 1970, o paradigma da informação deslocou-se em direção a uma contextualização mais ampla, tendo como foco principal o usuário e seu conhecimento individual e originando, assim, o Paradigma Cognitivo. Nesse paradigma, as buscas ficam centradas em processos interpretativos e na recuperação de informações a partir das análises de como o usuário compreende as informações.

Por fim, o paradigma social volta-se para a informação construída com foco nas comunidades discursivas e possui elementos interpretativos e subjetivos. O objeto da Ciência da Informação, de acordo com Capurro (2003, p. 16), “[...] é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuários”.

Saracevic (1999⁶ *apud* SMIT 2012, p. 90) descreve informação da seguinte maneira:

[...] em suma, a informação, de acordo com o paradigma social, é entendida numa perspectiva ampla que envolve, além das mensagens presentes nos documentos (paradigma físico), processadas cognitivamente (paradigma cognitivo), o conhecimento dos contextos, motivações e intencionalidades dentro dos quais foram produzidas e podem ser buscadas e interpretadas.

Como decorrência tanto do impacto das reflexões da Arquivologia integrada como das tecnologias da informação e dos tipos especiais de arquivo, algumas

⁶ SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 50, n.12, p.1051-1063, 1999.

mudanças ocorreram: o arquivo passou a ser cada vez mais caracterizado como um sistema de informação, e o objeto de estudo da Arquivologia passou a ser a informação arquivística (ARAÚJO, 2014). Outra forma de entender informação, de acordo com Almeida *et al.* (2007, p. 23), é pensá-la “[...] como fenômeno social coletivo, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades”.

Conforme Araújo (2014, p. 87),

[...] estudos recentes vêm mostrando a necessidade de estudar os arquivos como construções sociais, e para tanto, “a arquivologia deveria deixar de ser vista como uma ciência que ‘documenta a verdade dos fatos’” para ser uma ciência voltada para a discussão dos documentos como resultado e reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em tempo e lugar determinados, isto é, que vê os documentos como construtos produzidos segundo determinadas regras do discurso, determinadas “condições de documentar”. Nessa mesma perspectiva, cada vez mais vêm sendo desenvolvidos estudos vinculando as questões arquivísticas às questões de construção de identidade por meio da memória no plano conceitual ou em estudos relativos a identidades étnicas de determinados grupos sociais e mesmo vinculando memória e arquivos a partir do uso de documentos arquivísticos em obras de arte.

A preocupação com a memória vem dos primórdios da humanidade; os homens registravam, por meio de desenhos e escritas nas cavernas, acontecimentos e fatos que julgavam importantes, garantindo, com isso, uma forma de lembrar. A memória é um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não. Os documentos existem materialmente nos mais diversos locais, sem a necessidade de estarem reunidos fisicamente. Dessa forma, é necessário que a informação seja captada, identificada, localizada e disponibilizada ao pesquisador (BELLOTTO, 2006, p. 274).

Referente a isso, Cook (1997, p. 64) traz em sua obra as seguintes considerações:

[...] hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na formatação da memória coletiva através dos arquivos. Os arquivistas se transformam em ativos construtores de suas “casas de memória”. Assim, devem estar sempre atentos ao exame de suas políticas nos processos de criação e formação da memória arquivística.

Importantes mudanças surgem em relação aos sentidos da memória e de sua constituição. Em função do surgimento da sociedade da informação, as profundas transformações nas práticas sociais não alteram a necessidade social de registrar, significar, conservar e recuperar acontecimentos, científicos ou cotidianos. Dessa maneira, a presente pesquisa mostra-se relevante ao registrar aspectos históricos da

inclusão de mulheres na Brigada Militar. Nessa perspectiva, Toutain (2012, p. 16) afirma que,

[...] independente, porém, dos mais variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer quão importante ela é vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição, pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas [...].

Passa-se grande parte do tempo gerando e armazenando informações para atender demandas administrativas e jurídicas, como defesa e provas documentais e pelo receio do esquecimento. Com o surgimento da escrita, os arquivos, museus e bibliotecas nasceram a fim de assegurar, de certa maneira, o não esquecimento e preservar a memória. Milanesi diz que (2002, p. 9) “[...] essa atividade de buscar-o-que-foi-guardado e de guardar-o-que-foi-registrado (e de registrar-o-que-foi-imaginado) é a forma possível para manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento”.

A memória é a base do conhecimento, é uma forma de ligar os eventos no tempo, relacionando acontecimentos do passado a eventos do presente. Dessa maneira, Barros e Sousa (2019, p. 88) afirmam que

[...] a organização e representação do conhecimento é uma área que contribui de forma fundamental para o desenvolvimento de metodologias para o acesso à informação, e os arquivos tornam-se um espaço de aplicação de metodologias da Organização do Conhecimento.

Um arquivo institucionalizado passível de organização será preservado para um determinado grupo ou instituição a fim de que se garanta a proteção de direitos individuais e da memória coletiva. Será por meio da Organização do Conhecimento e do domínio do contexto de produção documental que o arquivista, dentro do quadro funcional de um arquivo, conseguirá estruturar conhecimento, modelar sistemas de organização e disponibilizar o acesso ao acervo arquivístico, pois são os documentos de arquivo que permitem que os apagamentos de um determinado grupo venham a ficar em evidência, fazendo com que as informações e a memória social possam emergir por meio da Organização do Conhecimento.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: BUSCA POR METODOLOGIAS PARA A REPRESENTAÇÃO NO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

A criação dos arquivos não significou arquivos organizados; somente por meio da Arquivologia foi possível estruturar a organização de massas documentais e acervos acumulados. O ato de organizar está muito longe de ser uma necessidade nova, visto que existe desde que o homem teve necessidade de armazenar conhecimento para disponibilizá-lo às futuras gerações. Organizar tanto documentos ou informações quanto conhecimento faz parte da construção da vida em sociedade.

Assim, de acordo com Sousa (2007, p. 10),

Organizamos para possibilitar o acesso rápido, seguro e eficiente à informação. Em um primeiro momento, para a tomada segura de decisão, para a comprovação, para a garantia de direitos e deveres da instituição ou de pessoas, para um estudo retrospectivo, para a manutenção de um estoque informacional que possa servir de ponto de partida para novas atividades e, depois, para preservação do capital informacional, que permitirá um uso além das fronteiras da criação do próprio documento.

Já Hjørland (2008), diz que, sob uma perspectiva estrita, “[...] a Organização do Conhecimento se relaciona a atividades como: descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de ‘memória institucional’”. Sob uma perspectiva ampla, a Organização do Conhecimento aponta a divisão social do trabalho intelectual, isto é, refere-se à “[...] organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, às estruturas disciplinares e profissionais, à organização social da mídia, à produção e disseminação do conhecimento etc.”, ou seja, implica a organização social do conhecimento, assim como a organização da realidade (HJØRLAND, 2008). Partindo da perspectiva mais ampla, a Organização do Conhecimento nos auxilia a interpretar profundamente o homem em suas relações sociais, sendo estas determinantes nos processos de construção e na análise e organização coletiva do conhecimento. O conhecimento é a certeza subjetiva e objetivamente fundamentada de alguém sobre a existência de um fator em questão. Esse conhecimento é intransferível, só podendo ser elaborado pela reflexão pessoal de alguém (DAHLBERG, 2006).

É importante que seja definido o conceito de conhecimento arquivístico, que, segundo Tognoli, Guimarães e Tennis (2013, p. 62), pode ser entendido como “[...]”

todo o conhecimento produzido por uma pessoa física ou jurídica e que está agrupado em um fundo documental”, para esta pesquisa se adotará o conceito de proveniência para trabalhar o conhecimento arquivístico. Nesse sentido, torna-se também importante definir *princípio da proveniência*, que, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 136), é um “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos”

Segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 71),

[...] o conhecimento gerado a partir das informações coletadas sobre o órgão produtor juntamente ao processo analítico dos documentos por ele produzidos configuram um conhecimento específico, novamente, um conhecimento arquivístico.

Assim, para haver organização do conhecimento, as instituições devem ser analisadas e estudadas, levando em consideração que cada uma é um domínio específico e que esse domínio do conhecimento da produção documental faz o conhecimento arquivístico. Os documentos são gerados pelas atividades administrativas, e as informações registradas nos documentos dizem respeito às atividades de cada instituição. Assim, a Organização do Conhecimento se relaciona com a Arquivologia quando trabalha com o domínio do contexto da produção documental para identificar os documentos produzidos, bem como avaliar a acumulação e proveniência do acervo e estabelecer a sua organização, tomando como premissa as funções arquivísticas para realizar a classificação, descrição, estruturação e representação do conhecimento. Conforme defendem Guimarães e Tognoli (2015), a organização do conhecimento arquivístico é compreendida enquanto um domínio.

É importante observar que a organização do conhecimento arquivístico tem seu núcleo na classificação (estrutural ou funcional) e nos procedimentos de descrição, com o objetivo de estabelecer prerrogativas de conhecimento. Essas prerrogativas são construídas de acordo com o contexto da criação dos documentos, com o objetivo de garantir seus valores probatórios e históricos. Considerando essas questões, a organização do conhecimento arquivístico torna-se um domínio composto por um conjunto de pesquisadores de diferentes partes e instituições do mundo, que integram um colégio invisível profundamente envolvido na construção de uma base epistemológica ao utilizar uma estrutura discursiva específica que funde a terminologia tradicional da arquivologia com aquela da Ciência da Informação (GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015, p. 567).

Ainda de acordo com os autores Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), um conhecimento é adquirido a partir do estudo do documento e de suas relações com o produtor e com o procedimento que o gerou. Além disso, a reunião de documentos advindos de uma mesma proveniência compõe um grupo de documentos que mantém um conhecimento específico sobre determinada pessoa ou instituição. Um acervo bem-organizado, muitas vezes, não produzirá impactos significativos sobre o conhecimento, mas poderá contribuir com o trabalho de produtor deste, pois

Boa arrumação e organização dependem, em parte, do grau de facilidade da classificação dos documentos. O problema é que em geral um documento contém uma variedade de informações, das quais diferentes porções deveriam ser classificadas sob diferentes cabeçalhos. A menos que se façam várias cópias de cada documento, o original somente pode ser colocado fisicamente sob uma única classificação (MEADOWS, 1999, p. 219).

Organização do Conhecimento, para Bräscher (2008), é como o processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento.

Dessa maneira, “[...] a Organização do Conhecimento enquanto campo representa uma especialização para a Ciência da Informação” (BARROS; SOUSA, 2019, p. 79). Ainda de acordo com o mesmo autor, a Organização do Conhecimento não só pode, como tem relação com a Arquivologia e com os arquivos, principalmente quando se pensa nas possibilidades de abordagens referentes aos sistemas de organização, já que os sistemas de gestão, classificação, acesso e controle arquivísticos são justamente isto: sistemas conceituais baseados em características das instituições produtoras de documentos (BARROS; SOUSA, 2019).

Cabe à Arquivologia produzir instrumentos de recuperação da informação relacionados aos acervos arquivísticos custodiados pelas instituições de arquivo, tanto públicas quanto privadas. Com o advento das tecnologias de informação, a ênfase nos documentos de arquivo mudou, recaindo nos sistemas informatizados o gerenciamento de documentos de arquivo e se aproximando cada vez mais da Organização do Conhecimento da Arquivologia. Dessa forma, esta pesquisa se justifica por contribuir para o preenchimento de lacunas de pesquisas com acervos arquivísticos voltados para a questão feminina no meio militar na Arquivologia,

relacionados à Organização do Conhecimento no sentido de estruturar e representar conhecimento por meio de um sistema de organização do conhecimento.

Além disso, o usuário tem um importante papel nesse processo de estruturação, organização e recuperação do conhecimento, visto que é entendido como um dos personagens principais na busca da informação, manifestando seus interesses nas pesquisas e incitando os arquivistas a estarem cada vez mais conectados com as necessidades e maneiras de representar o conhecimento, a fim de dar acesso aos seus usuários, auxiliados pelas abordagens e teorias da Organização do Conhecimento.

3.2.1 Sistemas de Organização do Conhecimento: contextualizando as taxonomias

Na Arquivologia, as necessidades de acesso à informação estão vinculadas diretamente às dificuldades que os profissionais tiveram e têm no decorrer dos anos para estruturar esquemas de classificação de documentos e fazer uma recuperação eficaz da informação.

Ao diferenciar informação de conhecimento, dizemos que informação é algo pontual, tem um prazo de vida curto e serve para o hoje, mas não nos garante nenhuma utilidade daqui há um tempo. Já o conhecimento tem um propósito e significado diferente de informação; sua utilização é atemporal, agrega valor e se transforma em benefício real, possuindo o poder de até mesmo mudar a forma de pensar das pessoas. Dessa maneira, conhecimento, conforme Barité (2001, p. 42, tradução nossa), “[...] é um saber acumulado da humanidade, mas também é para satisfazer as necessidades sociais permanentes que requerem e geram novos conhecimentos.”

A Organização do Conhecimento, na Ciência da Informação, procura adequar as diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso do conhecimento. Hjørland (2008) define organização do conhecimento como algo “sobre descrever, representar, arquivar e organizar documentos e representações de documentos, bem como assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador. Para esses fins, são desenvolvidos regras e padrões, incluindo sistemas de classificação, listas de títulos de assuntos, tesouros e outras formas de metadados”.

Já Dahlberg (2006) conceitua Organização do Conhecimento como

[...] a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento inerentes (características) e a aplicação de conceitos e classes de conceitos ordenados dessa forma para atribuição de conteúdos de referentes (objetos/assuntos) de todos os tipos.

Esteban Navarro e Garcia Marco (1995), por sua vez, dizem que a Organização do Conhecimento se apresenta como uma plataforma de integração das ciências documentais, aproximando-se da Arquivologia, quando esta busca estudar esquemas de classificação para representação do conhecimento, pois os instrumentos elaborados nos arquivos: os catálogos, guias e inventários possuem o mesmo objetivo que a própria organização do conhecimento — facilitar o acesso, a recuperação da informação e a gestão do conhecimento para os usuários.

O conhecimento é registrado sempre em documentos, independente do seu formato ou suporte; é um conjunto organizado de informações disponíveis, admitindo os mais diversos usos, de maneira indiscriminada (BARITÉ, 2001). Os documentos de arquivo são preservados em um primeiro momento pelas razões administrativas pelo seu valor legal ou probatório, além de seu valor histórico. Já Paes (2004, p.20) escreve acerca da “finalidade principal dos arquivos é servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história”.

Dessa forma, os arquivistas atuam também como intermediários e organizadores desse conhecimento no momento em que elaboram instrumentos de busca e estruturam sistemas para representar as informações dos documentos e suas temáticas, pois não há razão em armazenar e organizar informação se esta não estiver relacionada com o objetivo de provar fatos, contar algo ou difundir o conhecimento para gerar novos conhecimentos, o que vai ao encontro da afirmação de Smit (2012 p. 95) “[...] este conhecimento, se registrado, adquire um novo estatuto de informação que poderá ser socializado e potencialmente incorporado por algum indivíduo para gerar novo conhecimento”.

Guimarães (2008) diz que, no âmbito da Ciência da Informação, a organização e a representação do conhecimento apresentam natureza mediadora, configurando-se em um conjunto de processos que estabelecem a intermediação entre um conhecimento que, uma vez produzido, foi materializado e socializado, de tal forma

que possa servir de base para a geração de um novo conhecimento. Por sua vez, esse novo conhecimento, uma vez materializado e socializado, pode igualmente ser objeto de nova organização e representação, caracterizando aquilo que se pode denominar como fluxo helicoidal da informação.

As classificações em arquivo não são uniformes, dado que estão automática e diretamente relacionadas à organização produtora desses documentos. Dessa maneira, os arquivistas utilizam legislações, estatutos e organogramas do órgão que os auxiliam nessa atividade. De acordo com Barros e Souza (2019), a base para a construção de sistemas de organização do conhecimento consiste nas estruturas organizacionais, pois estas oferecem aos arquivistas e profissionais da informação subsídios para modelagem dos sistemas de organização do conhecimento, contribuindo para melhores esquemas de classificação no desenvolvimento do fazer arquivístico e produzindo melhores resultados para representar, disseminar e acessar as informações e o uso do conhecimento para os usuários finais. Os arquivistas, nesse contexto, atuam diretamente com a atividade de representação em função da interpretação que esse profissional faz do acervo arquivístico de uma instituição.

Também se faz necessário entender conceito, o qual é fundamental para a Organização e Representação do Conhecimento e para a construção de sistemas de organização do conhecimento. De acordo com Dahlberg (1978, p. 12, tradução nossa), conceito é uma “[...] unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, podem ser comunicados”.

Dahlberg (1978, p. 76, tradução nossa) também define o termo como “[...] a forma verbal de um conceito, o componente que convenientemente, sintetiza e representa um conceito com o propósito de designá-lo e comunicá-lo”.

Na Arquivologia, é a partir dos documentos de arquivo que se pode elaborar representações sobre o que é abordado nestes, como uma forma de garantir a recuperação da informação, pois é necessário tornar mais eficiente o armazenamento e o acesso às informações. A classificação de documentos baseada no princípio de proveniência e auxiliada pelo contexto de produção documental seria a base para elaboração de esquemas de representação do conhecimento. Segundo Bräscher e Café (2008, p. 08),

[...] a representação do conhecimento é feita por meio de diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC), que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles.

Nesse sentido, tais sistemas são instrumentos ou ferramentas que vão auxiliar os usuários a encontrarem a informação de maneira mais rápida, eficaz e segura, pois foram elaborados levando em consideração o contexto de geração da informação registrada em documento de arquivo.

A grande maioria das instituições busca soluções que resolvam seus problemas de desorganização de arquivos. Com o enorme volume documental acumulado e a falta de acessibilidade aos documentos de arquivo, recebem propostas de sistemas informatizados que prometem soluções em curto espaço de tempo, e, em grande parte, negligencia a estrutura que produziu, utilizou e acumulou o acervo. Esse é um dos problemas que os sistemas de organização do conhecimento podem auxiliar a sanar.

Bräscher e Café (2008, p. 96) elencaram algumas definições de sistemas de organização do conhecimento. Conforme podemos verificar, Hodge (2000) ressalta que os sistemas de organização de conhecimento são o coração de toda biblioteca, museu e arquivo, uma vez que são mecanismos de organização da informação. Na descrição de conteúdo, os sistemas de organização do conhecimento cumprem a função de padronizar a representação da informação, no que concerne à identificação do assunto do documento. Relacionado à recuperação da informação, Vickery (2008) define os sistemas de organização do conhecimento como “[...] instrumentos complementares que ajudam o usuário a encontrar seu caminho no texto”.

Nesse contexto, a taxonomia foi a solução escolhida para atender à demanda de maneira sucinta ao classificar as informações contidas nos boletins internos da Companhia Feminina na Instituição, auxiliando a representar e estabelecer os conceitos por meio de um sistema de Organização do Conhecimento.

Na Biologia, a taxonomia é um sistema de classificação desenvolvido por Lineu (naturalista sueco no século XVII) para agrupar e categorizar as espécies de seres vivos, em que se propôs uma hierarquia de semelhanças entre eles, dividindo-os em cinco grupos: reino, classe, ordem, gênero e espécie. Aquino *et al.* (2009) acrescentam que as taxonomias surgiram no campo da Biologia e, por lá, são

utilizadas há muito tempo, tendo se tornado alvo de estudos na Ciência da Informação, em que o seu aparecimento e uso estão relacionados com as formas automatizadas de criação da informação.

Segundo Terra *et al.* (2005⁷ *apud* AQUINO; CARLAN; BRÄSCHER, 2009), taxonomia pode ser definida como “[...] um vocabulário controlado de uma determinada área do conhecimento e, acima de tudo, um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema sob uma premissa lógica”. Assim, na Ciência da Informação, a taxonomia é um sistema de organização do conhecimento que classifica e facilita o acesso às informações, no qual se organizam as informações por categorias, normatizando as relações hierárquicas existentes entre elas.

A classificação hierárquica é muito utilizada em esquemas de classificação na Arquivologia. As taxonomias auxiliam os usuários a compreenderem como o conhecimento pode ser categorizado e, quando representam conceitos, oferece um mapa e serve como guia para os usuários identificar e pesquisar informações.

Sousa e Araújo Júnior (2017, p. 53) dizem que

[...] a taxonomia deverá ser usada como instrumento complementar à atividade de classificação de documentos, devendo ser pautada pelos seguintes passos: 1. Classificar o documento conforme o plano de classificação de documentos de arquivo; 2. Identificar no primeiro ou segundo nível de termos da taxonomia a área utilizada na classificação dos documentos; 3. Utilizar os termos dos diversos níveis da taxonomia como descritores (termos de indexação) em complemento à classificação dos documentos; e 4. Verificar a coerência da classificação combinada com a indexação nas dimensões funcionais e temáticas, respectivamente com os documentos.

A taxonomia é um sistema de organização do conhecimento dos mais simples, menos estruturado e pode ser aplicado em qualquer universo e contexto organizacional, além de ser uma ferramenta de gestão que auxilia a realizar a organização em si, com um olhar voltado ao usuário e a quem realmente utiliza e precisa da informação. Também pode-se dizer que as taxonomias possuem um caráter dinâmico e apresentam necessidade de atualização, manutenção frequente e constante validação de conceitos que já foram preestabelecidos juntamente aos usuários, os quais são fundamentais, dado que auxiliam na classificação das

⁷ TERRA, J.C.C. *et al.* **Taxonomia**: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. 2005.

informações e na modelagem dos sistemas de organização do conhecimento em conjunto aos arquivistas.

Dessa maneira, de acordo com Aquino, Carlan e Bräscher (2009, p. 206),

[...] as taxonomias são estruturas classificatórias para organizar as informações de uma determinada instituição num dado contexto. Nesse sentido, são diferentes, tendo em vista que refletem o tipo de organização e informação da instituição que representam.

Sendo assim, ao construir taxonomias, os arquivistas utilizarão princípios classificatórios para elaboração desses instrumentos, em que é necessário estabelecer a categorização das classes. Conforme Campos e Gomes (2007, p. 5), “[...] a categorização é um processo que requer pensar o domínio de forma dedutiva, ou seja, determinar as classes de maior abrangência dentro da temática escolhida”. Dessa maneira, o estudo também utiliza a análise do domínio de um grupo específico de mulheres inseridas na instituição militar para descrever o contexto da inclusão feminina na Brigada Militar.

3.2.2 Análise do domínio na Organização do Conhecimento

A análise do domínio se insere na Organização do Conhecimento em um trabalho de autoria de Hjørland e Albrechtsen (1995). Embora não tenham feito uma definição explícita, os autores afirmaram que a

[...] análise de Domínio é uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na Ciência da Informação é estudar as áreas de conhecimento como "comunidades de discurso", que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do Conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva. Domínio, portanto, é o conhecimento que se constrói a partir da interação de unidades de conhecimento: os conceitos, os quais se articulam em determinado domínio, refletindo o conhecimento de uma comunidade discursiva em particular” (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 179, tradução nossa).

Dias (2015, p. 11) traz a afirmação de

[...] que as comunidades têm comportamento de uso de informação muito próprio e, logo ter conhecimento de tais hábitos é importante que os profissionais que trabalham com organização da informação possam considerar tais elementos tanto na representação quanto na recuperação da informação.

Sendo assim, é necessário dizer que cada domínio tem suas especificidades e ideologia e, dessa maneira, não podem ser considerados semelhantes, mas, sim, tratados de maneira específica, uma vez que apresentam diferentes formas de interpretação diretamente dependentes do objeto a ser analisado.

Também se faz importante definir ideologia, que, por sua vez, é uma palavra carregada de significados e muita complexidade. Ideologia pode ser considerada um conjunto de pensamentos ou ideias de uma pessoa ou certo grupo de indivíduos. Conforme afirma Orlandi (2007, p. 96), “[...] a ideologia é que torna possível a relação palavra/coisa, onde o sujeito se constitui e o mundo se significa pela ideologia”.

Já Ponzio (1998⁸ *apud* MIOTELLO, 2008, p. 93) traz a definição de ideologia, segundo Voloshinov:

Voloshinov, intelectual pertencente ao chamado Círculo de Bakhtin, no texto *Que é a linguagem*, escrito em 1930, encontramos a única definição de ideologia, dada por alguém do Círculo em forma direta e explícita:

[...] por ideologia, entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas.

Ainda conforme o autor, objetos materiais do mundo recebem função no conjunto da vida social, assim como vêm de um grupo organizado no decorrer de suas relações sociais e passam a significar além de suas próprias particularidades materiais. Por exemplo, a farda desenhada para o primeiro de grupo de mulheres que estavam ingressando na Brigada Militar pode ser considerada mais que uma simples farda, pois foi desenvolvida por um estilista gaúcho para marcar a inclusão de mulheres no meio militar, podendo ser chamada de signo. Miotello (2005, p. 170), acerca da conceituação de signo, afirma que,

[...] além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um ponto de vista, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio ideológico.

⁸ PONZIO, Augusto. **La revolucion bajtiniana: el pensamiento de Bakhtin la ideología contemporánea.** Madrid: Cátedra, 1998.

A análise do domínio tem como finalidade elaborar informações e estruturas de conhecimento de comunidades discursivas. Hjørland (2002) propôs onze abordagens para a análise do domínio, que são:

- 1) produção de obras de referência;
- 2) construção de linguagens de indexação (classificação e tesouro);
- 3) pesquisa em indexação e recuperação de especialidades;
- 4) estudo de usuários;
- 5) estudos bibliométricos;
- 6) estudos históricos;
- 7) estudos de gênero/tipologias documentais;
- 8) estudos epistemológicos e críticos;
- 9) estudos terminológicos;
- 10) comunicação científica; e
- 11) cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial.

De acordo com o autor, a riqueza da análise fica por conta da combinação de uma ou mais abordagens. Dessa forma, o presente estudo está relacionado com as abordagens 6 e 7 (estudos históricos e estudos de gênero/tipologias documentais, respectivamente), visto que os domínios contam a história das mulheres em uma instituição de polícia militar, evidenciando o gênero feminino numa atividade secular masculina por meio de registros documentais produzidos no meio militar.

Guimarães e Tognoli (2015, p. 566) apresentam uma nova abordagem para análise do domínio no contexto arquivístico, relacionando o princípio da proveniência ao entenderem que os registros de arquivos agrupados em fundos documentais refletem o conhecimento que foi produzido. Dessa forma, os arquivistas se favorecem por possuírem o conhecimento do contexto da produção documental para determinar o conteúdo de um documento, não só em função das temáticas contidas, mas também a partir do reconhecimento e da identificação das comunidades discursivas, as quais são responsáveis pela produção documental em decorrência das suas atividades institucionais. Utilizando-se essa abordagem mais voltada para a Arquivologia, pode-se também identificar que o princípio de proveniência está mantido no acervo de boletins, o corpus desta pesquisa, pois estes estão agrupados e organizados de acordo com a produção e acumulação dessa tipologia.

Já Joseph Tennis (2003, p. 3) apresenta dois eixos para a análise do domínio, que são:

Áreas de modulação e Graus de especialização. Conjunto de áreas de modulação a extensão do domínio e os Graus de Especialização definem a

intenção. Cada um desses eixos tem dois parâmetros. As áreas de modulação devem indicar 1) a totalidade do que é coberto na análise de domínio - a extensão e 2) como é chamada - seu nome. Os graus de especialização devem 1) qualificar o domínio - indique seu foco e 2) indique onde o domínio está posicionado em relação a outros domínios - sua interseção.

Além disso, de acordo com a teoria de Tennis (2003), deve-se nomear a extensão em uma área de modulação, deixando-a evidente para o analista do domínio e para o leitor da análise. Nesse momento, deve ser descrito o que está e não está incluído no momento da modulação.

Conforme defende Tennis (2012, p. 5), “[...] deveríamos esperar que todas as análises do domínio possuíssem uma seção de definição, escopo e alcance, e propósito”. Ainda segundo o mesmo autor, uma análise de domínio coerente oferece aos seus leitores uma declaração clara sobre a sua definição, escopo e alcance, bem como a sua finalidade. Os elementos da análise de domínio amparam esses requisitos.

Estudos que explorem as taxonomias e análise de domínio contribuirão para traçar melhores instrumentos de busca na Arquivologia, assim como auxiliar na representação do conhecimento e na construção de melhores planos de classificação de documentos, com vistas à promoção da qualidade da pesquisa por informações. A exemplo disso, o presente estudo, sobre as mulheres na Brigada Militar, pode servir como guia e permitir agregação de novos conceitos, pois, conforme Dias (2015, p. 4), a taxonomia tem como uma de suas características “[...] ser um instrumento de organização intelectual, atuando como um mapa conceitual dos tópicos explorados em um sistema de recuperação da informação”.

Já Campos e Gomes (2007, p. 2) dizem que, “[...] como as taxonomias representam os propósitos de organização intelectual de um dado contexto [...]”, é possível fazer a relação destas com a análise de domínio, pois é por meio da contextualização do domínio realizado na análise que se pode chegar à organização intelectual representada nas taxonomias.

No âmbito da Ciência da Informação, de acordo com Campos e Gomes (2007, p. 2), “[...] as taxonomias podem ser comparadas a estruturas classificatórias, como as Tabelas de Classificação, que têm como objetivo reunir documentos de forma lógica e classificada.” Nesse sentido, têm ampla relação com a Arquivologia, pois também servem como instrumentos de organização e recuperação de informação.

Outra questão em que as taxonomias podem auxiliar os arquivistas refere-se a como “ensinar” os usuários por meio das estruturas de conceito e hierarquia, facilitando a aplicação de práticas de gestão documental e entendimento por parte de pesquisadores e usuários. Essa perspectiva pedagógica que alguns instrumentos e produtos arquivísticos oriundos do fazer do arquivista vêm assumindo vai ao encontro da Organização do Conhecimento pois vai além dos programas de educação do usuário.

Essa relação da Arquivologia com a Organização do Conhecimento trará melhores respostas às demandas institucionais e permitirá que os arquivistas possam auxiliar, cada vez mais, na representação do conhecimento das mais diversas comunidades, grupos ou instituições. Na próxima seção, passa-se a analisar os dados da pesquisa e a discussão dos resultados encontrados para atingir os objetivos delineados neste estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se os resultados da pesquisa, a análise do domínio e a taxonomia construída a partir da documentação analisada.

A análise de domínio foi elaborada para contextualizar e apresentar a abrangência da pesquisa, sendo também utilizada como subsídio para a construção do sistema de organização do conhecimento, usou-se o caráter descritivo de Tennis, para representar a inclusão das mulheres na Brigada Militar, pois este lista formas de descrever o conhecimento como uma maneira de auxiliar no processo de modelagem para a construção de taxonomias.

Abaixo, tem-se a análise do domínio descrita para o grupo de mulheres no contexto da Instituição militar:

4.1 INCLUSÃO DAS MULHERES NA BRIGADA MILITAR DO RS

Definição: iniciadas as mudanças na Legislação federal e no Exército Brasileiro com a portaria de 1977, foram aceitas mulheres na corporação militar. A crescente inserção feminina nas mais diversas áreas de trabalho; as exigências nas legislações; e a portaria do Estado Maior do Exército em 10 de junho de 1977, que garantiu a

participação das mulheres nas fileiras do Exército, levaram, em fevereiro de 1984, as mulheres a serem admitidas no Exército. Nesse contexto histórico, político e social, a Brigada Militar do Estado do RS, com a necessidade de evoluir e se adequar às mudanças emergentes em função da realidade que surgia face às transformações da sociedade, cria, em 8 de janeiro de 1985, pela Lei Estadual nº 7.977, a 1ª Companhia de Polícia Militar Feminina, sancionada pelo governador Jair Soares, que subordina operacionalmente a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) ao Comando de Policiamento da Capital, para emprego exclusivamente na atividade-fim da Corporação. Ainda de acordo com a Lei 7.977, essas mulheres só poderiam chegar ao posto máximo do Quadro Especial de Oficiais de Polícia Militar Feminina como Capitão Policial Militar Feminino. **Escopo e alcance:** para esta análise de domínio, serão utilizados os boletins internos gerados em função das atividades das Companhias Femininas. As informações foram registradas, encadernadas e publicadas internamente onde são divulgadas as portarias, resoluções do Conselho Superior, atos de pessoal, resultados de editais, entre outros atos administrativos essenciais para conhecimento da comunidade interna. A documentação a ser analisada serão os boletins internos produzidos entre os anos de 1985 e 1993, gerados no decorrer das atividades administrativas das mulheres dentro da Instituição Militar. **Extensão:** todos os conceitos e as suas relações que possam ser identificados nestes textos, ou seja, os boletins internos. **Exclusão:** não será considerada nenhuma outra documentação com data posterior a 1993, em função de que, nesse ano, as Companhias Femininas deixaram de trabalhar separadamente, sendo unificadas à atividade de policial militar. **Rótulo:** inclusão das Mulheres na Brigada Militar do RS. **Foco e Especialização:** serão retirados os termos mais comuns, com o objetivo de mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir de documentos de arquivo (Boletins Internos), além de analisar a contribuição da Organização do Conhecimento com vistas a representar o conteúdo dos documentos a partir de uma taxonomia, identificando as temáticas oriundas da documentação como forma de representar a memória institucional e social. **Propósito:** o intuito de contribuir na representação da construção da história das mulheres policiais militares por meio dos documentos de arquivo acerca da inclusão das mulheres na Brigada Militar, além de trazer questões de gênero e a memória documental representadas a partir de um sistema de organização do conhecimento.

Como objetivo principal desta pesquisa, tem-se: mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir de documentos de arquivo. Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- a) conhecer o histórico da inclusão das mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- b) identificar as temáticas oriundas dos boletins internos (1985-1993);
- c) analisar o corpus da pesquisa de forma a trazer elementos para a construção da memória institucional e social;
- d) construir uma taxonomia que será usada para indexar os boletins internos.

Assim, conforme Bräscher e Café (2008, p. 93), no caso da representação do conhecimento, a representação construída não se restringe ao conhecimento expresso por um autor; ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar. A representação do conhecimento reflete um modelo de abstração do mundo real, construído com determinada finalidade.

Após a realização da análise do domínio no acervo, deu-se início à pesquisa na documentação. Para a pesquisa documental sobre as mulheres na Brigada Militar, foram analisados documentos produzidos na Instituição em decorrência das atividades administrativas da Companhia Feminina — os boletins internos das Companhias Femininas. Os boletins internos são documentos produzidos pelas unidades militares que tem como objetivo registrar, reunir e publicar os feitos administrativos de interesse da comunidade interna.

O acervo analisado é encadernado e a identificação do período o qual abrange é inserida na lombada da encadernação, em formato de livro. Este tipo documental é produzido até os dias de hoje pelas unidades militares contudo passou a ser produzido em meio digital sendo publicado na intranet da instituição. São documentos que já nascem com prazo de guarda permanente e são consultados pelos usuários internos e disponibilizados para pesquisas autorizadas. É importante, também, dizer que esta pesquisa tem a autorização da Instituição, que se encontra como anexo deste trabalho.

Inicialmente, foram realizadas buscas pelo acervo que compunha esse período. Em seguida, foram enviados e-mails aos batalhões que abrigaram as companhias femininas para a identificação do material a ser analisado. Também foi definido o

período de análise desta pesquisa, o qual consiste entre os anos de 1985 a 1993, recorte que se justifica em função do ano inicial da inclusão das mulheres na Brigada Militar e o ano em que as companhias femininas foram extintas. Para o procedimento de análise dos documentos, seguiu-se o seguinte roteiro de planejamento:

- a) agrupamento dos boletins internos da companhia feminina;
- b) leitura e pesquisa nos boletins;
- c) identificação das temáticas;
- d) retirada de termos de maior ocorrência;
- e) construção da taxonomia.

O acervo analisado como corpus da pesquisa foi composto por doze encadernações. Estas encadernações não apresentam um formato único, variando entre si, na numeração de páginas, sendo que o menor boletim em número de páginas analisado possuía 188 folhas e o boletim com maior número de páginas continha 475 folhas.

Dessa maneira, os boletins internos foram utilizados com o objetivo de reconstruir os fatos registrados em papel e a memória de uma comunidade discursiva a partir de registros documentais escritos para mapear a presença das mulheres nesses documentos.

Assim, passa-se a descrever os registros encontrados durante a análise dos documentos. A lei de criação da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) é datada de 1985; no entanto, as mulheres estiveram em curso de formação para inserção na atividade policial nos anos de 1986 e 1987, e a última turma foi formada em 25 de setembro de 1987, passando, dessa maneira, efetivamente ao serviço policial a que se destinavam, desta maneira, referente a esse período de formação, não existem boletins internos.

Nos anos de 1987 e 1988, a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) estava instalada e incorporada ao 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), em que tiveram início as suas atividades de policiamento ostensivo em Porto Alegre, em eventos que aconteciam na capital e no interior, além da Operação Golfinho. Como nesse período (1987/1988) a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) estava instalada junto ao 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), as publicações e atividades das policiais militares femininas eram registradas junto aos boletins internos

desse batalhão, isto é, junto da unidade já instalada, não havendo separação dos registros e documentos das companhias.

O que se pôde constatar na documentação foi que as informações começaram a ser produzidas efetivamente como Companhia Feminina a partir do ano de 1989, quando esta foi desincorporada do 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), em 05 de fevereiro de 1989, indo para uma sede própria. Assim, as mulheres passaram a produzir os boletins internos exclusivos da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem).

O recorte do período final para a coleta de dados teve o ano de 1993 como marco, momento em que a Companhia de Polícia Militar Feminina foi extinta e mulheres e homens passaram a trabalhar lado a lado. Entretanto, em relação ao recorte temporal, é necessário registrar que a pesquisa foi realizada durante a pandemia do SARS-CoV-2/Covid-19, e o acervo de boletins encontrava-se armazenado fisicamente no 9º Batalhão de Polícia Militar. Salienta-se que, a partir do momento em que a situação da pandemia agravou-se no Estado do RS, os servidores militares que atendem no setor administrativo também foram deslocados para as atividades de policiamento ostensivo a fim de auxiliar na dispersão das aglomerações clandestinas, na tentativa de conter a transmissão do Covid-19 no Estado. Dessa maneira, o período de 1993 não foi contemplado, em função de não ter havido tempo hábil para realizar a pesquisa presencial dos termos no acervo acondicionado nas dependências do Batalhão de Polícia Militar. Salienta-se que, ao tomar essa decisão, também é importante pontuar que, no desenvolvimento do trabalho, pode-se observar que os registros nos Boletins Internos possuíam caráter administrativo em decorrência das rotinas administrativas das mulheres em suas atividades de trabalho, e os termos se repetiam com muita frequência. Sendo assim, acredita-se não ter ocorrido prejuízo para os resultados da pesquisa, pois o recorte temporal foi, quase que em sua totalidade, contemplado.

No Quadro 1 abaixo, apresenta-se a divisão interna encontrada nos boletins internos das Companhias de Polícia Militar Feminina (Cias PM Fem).

Quadro 1 - Divisão de assuntos dos boletins internos

1ª Parte – Serviços diários	I Escala de serviço II Alteração de escala de serviço III Fardamento
2ª Parte – Instrução	Cursos de formação Instrução de tiro Habilitação para motorista da BM
3ª Parte – Assuntos gerais e administrativos	IV Alteração de pessoal
4ª Parte – Justiça e Disciplina	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Acervo da Companhia de Polícia Militar Feminina.

A partir do acesso ao acervo, procedeu-se a análise documental na qual se definiu as categorias fundamentais importantes para a pesquisa.

O procedimento utilizado para a construção da taxonomia deu-se início pela leitura dos boletins internos, após a uma observação geral sobre como eram registradas as informações e de que maneira elas apareciam nos textos, pode-se verificar que em função da documentação possuir um padrão de apresentação e possuir uma divisão interna já estabelecida e conhecida pela comunidade estudada, de acordo com o quadro 1 acima apresentado, optou-se por manter as divisões encontradas e transformá-las nas categorias temáticas que norteariam a retirada de termos para a devida classificação e construção da taxonomia.

Sendo assim, após a leitura documentária onde foi realizada a exploração textual e definida a categorização baseada nas divisões já utilizadas, iniciou-se a retirada dos termos por meio de um movimento indutivo indo do todo para a parte, desta maneira, atribuindo significado aos documentos. As definições dos termos foram ganhando significados e sendo alocados nas categorias temáticas.

As categorias de acordo com Campos (2001), funcionam como o primeiro corte classificatório, além de que fornecem a visão de conjunto de agrupamentos que ocorrem na estrutura, possibilitando o entendimento global da área.

O estabelecimento das categorias gerais e das subcategorias deu-se em razão da sua frequência e das ocorrências encontradas no acervo de boletins, pois, dessa maneira, a representação da informação é de fácil entendimento pelos usuários em função da linguagem já utilizada nos documentos analisados.

Foram retirados os termos que mais ocorriam na documentação analisada e, a partir desses termos, elaborou-se as definições de conceito, tomando como base o

estatuto da instituição para construir a taxonomia com o objetivo de representar as atividades das mulheres por meio do acervo. Além disso, foi definido o tipo de relação que seria utilizada nesse sistema de organização do conhecimento; sendo assim, procurou-se manter a classificação das relações entre os conceitos em lógica, porque acredita-se que, dessa forma, fornece princípios mais concretos para sistematizar os conceitos, facilita o entendimento da realidade encontrada no acervo e representa o contexto institucional da época e a linguagem utilizada pela comunidade estudada, fazendo com que a taxonomia desenvolvida reflita a inclusão das mulheres e apresente uma melhor compreensão por parte dos usuários da instituição militar.

De acordo com Cintra (2002, p. 51),

[...] as relações hierárquicas são aquelas que acontecem entre termos de um conjunto, onde cada termo é superior ao termo seguinte, por uma característica de natureza normativa. No conjunto das relações hierárquicas, há que se levar em conta o conceito de ordem e de subordinação. A ordem deve ser observada como uma superordenação que consiste na possibilidade de subdivisão de uma noção hierárquica mais alta em um certo número de noções de nível inferior, chamadas noções subordinadas”.

Também é necessário registrar que essa taxonomia possui uma relação hierárquica genérica, pois foi construída levando em consideração a relação de semelhança; portanto, utilizou-se as características em comum entre os termos, auxiliando a definição das temáticas desenvolvidas para o acervo. De acordo com Campos (2001, p. 48), “[...] um dos primeiros passos na elaboração de uma estrutura classificatória é a definição das unidades que constituem o sistema. Essas unidades representam os conceitos e suas relações.” As definições dos termos foram elaboradas antes da realização da alocação destes na estrutura de classificação. Sendo assim, foi possível verificar onde melhor o termo se enquadraria na taxonomia.

Dessa forma, a partir da análise do acervo de boletins internos sob o domínio da inclusão das mulheres na Brigada Militar, passa-se a explicar a definição das categorias temáticas elencadas para esta pesquisa e suas relações.

A categoria Administração de Pessoal está relacionada aos documentos que abrangem informações administrativas referentes às servidoras militares das companhias femininas. Nessa categoria, tem-se subcategorias que englobam termos que apresentam o contexto em que estes foram criados em relação às rotinas administrativas. Como os boletins dividem-se internamente, conforme Quadro 2

apresentado acima, decidiu-se agrupar as duas partes que aparecem, respectivamente, em 1ª parte - Serviços diários e 3ª parte - Assuntos gerais e administrativos por entender que possuem as mesmas relações e termos que englobam a categoria Administração de Pessoal.

Na categoria Instrução e Atos Normativos, estão classificadas informações sobre legislações pertinentes à organização. Leis, decretos, portarias, normativas internas, determinações e medidas provisórias que dizem respeito às atividades dessas mulheres policiais, além de instruções de cursos, tiro, balística, editais de concursos, cursos de formação interna e habilitação de motorista.

Na categoria Justiça e Disciplina, estão inseridas informações quanto à investigação e apuração de irregularidades e infrações cometidas pelas servidoras militares, além de documentos que abrangem questões de classificação de comportamento, elogios para melhoria de comportamento e promoção em graduação na carreira militar.

As informações oriundas da atividade-fim da Companhia de Polícia Militar Feminina, sobre atendimentos a ocorrências, ocorrências de trânsito, operações policiais militares, Operação Golfinho e Operação Carnaval, encontram-se na categoria Policiamento Ostensivo, definida em função da atividade-fim da Instituição. Essa categoria é a única criada, que não aparece explicitamente descrita nos boletins internos, pois, inicialmente, essas mulheres não estavam destinadas a atender todas essas ocorrências; elas foram ganhando espaço na atividade de policial militar e, com a passagem dos anos, pode-se verificar que esses documentos passaram a ser gerados em função do aumento de suas demandas no âmbito institucional.

Salienta-se que este trabalho possui um enfoque mais metodológico, ou seja, mostrar como aplicar taxonomias no contexto dos documentos de arquivo, com a intenção de que essa metodologia possa ser replicável em outros arquivos e contextos arquivísticos. A taxonomia que representa a atividade das mulheres na Brigada Militar é apresentada a seguir no Quadro 2, onde passa-se a explicar os termos e as relações definidas para cada uma das subcategorias elaboradas. Foram atribuídas cores para o quadro da taxonomia como uma maneira de melhor visualização das categorias por parte do usuário. Desta forma, a cor azul foi definida para a categoria de Administração de Pessoal, a cor rosa para Instrução e Atos Normativos, laranja para Justiça e Disciplina e a cor verde para a categoria de Policiamento Ostensivo.

Quadro 2 - Taxonomia sobre a inclusão das mulheres na BM

INCLUSÃO DAS MULHERES NA BRIGADA MILITAR			
Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	<p>Abono Família Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem informações sobre o abono família. Abono Família é um benefício financeiro concedido a todos os servidores públicos do Estado, civis, militares e autárquicos, bem como aos inativos e pensionistas, independentemente do valor dos estípedios que vêm percebendo, será concedido abono familiar, na proporção do respectivo número de filhos, observados os requisitos da presente Lei.</p>	Concessão de abono família	
	<p>Acidente em serviço Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem informações acerca de acidentes de serviço. Considera-se acidente em serviço para os fins previstos em lei, ainda mesmo quando não seja ele a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do militar, desde que entre o acidente e a morte ou incapacidade haja relação de causa e efeito.</p>		
	<p>Adição Militar Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem informações da condição de adição militar. A condição de adido ocorre quando o militar é acometido por doença, moléstia ou enfermidade durante a prestação de atividades militares, podendo acarretar a sua reforma militar, quando reconhecida a sua incapacidade definitiva para o exercício de atividades militares.</p>		
	<p>Assentamentos Funcionais Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem informações sobre a vida funcional do servidor no decorrer das atividades de trabalho.</p>	Remessa de assentamento Ficha de identificação Ficha de alterações	

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	Assunção de cargo/função Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem assunção de cargo por parte do servidor militar ao assumir um cargo, função ou comando.		
	Averbação de tempo de serviço Nesta subcategoria, estão relacionados documentos que abrangem as averbações de tempo de serviço.		
	Apresentação de serviço Nesta subcategoria estão relacionados documentos de apresentação para realizar serviço na unidade. Militares oficiais (tenentes, major, tenentes coronéis e coronéis) e praças (soldados e sargentos).	Oficial	
		Praça	Função de PMZITA Este termo aparece em função específica da atividade de orientação de trânsito realizado pelas mulheres.
	Aquisição de arma de uso permitido Nesta subcategoria estão relacionadas informações que abrangem a aquisição de arma de uso permitido em decorrência da atividade policial.		
	Escala de serviço Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem escalas de serviço, alterações e dispensas de escala.	Alteração de escala	
		Dispensa de escala	
	Férias Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abarcam alterações, cancelamentos, concessão e prorrogação de férias das servidoras militares. Férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente concedidos aos servidores militares, para descanso.	Alteração de férias	
		Cancelamento de férias	
		Concessão de férias	
Prorrogação de férias			
	Retificação de férias		
Falecimento Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abarcam informações sobre o falecimento do servidor na ativa. O falecimento do servidor militar da ativa acarreta interrupção do serviço policial-militar, com o conseqüente desligamento ou exclusão do serviço ativo, a partir da data da ocorrência do óbito.			

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	Folha de pagamento Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem previsão de pagamento, informações referentes a folha e sobre os vencimentos das servidoras militares.	Informação de pagamento	
		Previsão de pagamento	
		Ressarcimento de Vencimentos	
	Licenças Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem licenças concedidas as servidoras militares, adoção, casamento, gestante, lactante, luto e licença tratamento de saúde. Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao servidor militar.	Adoção	
		Casamento	
		Especial	
		Gestante	
		Interesse Particular	
		Lactante	
		Luto	
		Prêmio	
		Tratamento saúde pessoa da família	Prorrogação de licença
	Movimentação Funcional Nesta subcategoria estão relacionados documentos gerados em decorrência das transferências das policiais entre unidades quando esta é realizada por permuta ou sem ônus para a instituição.	Transferência de OPM	Por permuta
			Sem ônus
	Movimentação Sanitária da Tropa Nesta subcategoria estão relacionados documentos gerados em torno de tratamentos de saúde, acompanhamentos médicos, hospitalares e odontológicos.	Alta Hospitalar	
		Dispensa uso do coturno/calçado	
		Ficha Sanitária	
		Inspeção de saúde	
		Observação Médica	
		Prescrição médica	
		Visita Médica	
		Visita Odontológica	
Promoção Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem informações sobre promoção. A promoção é ato administrativo e tem como finalidade básica a seleção dos servidores militares para o exercício de funções pertinentes ao grau hierárquico superior O acesso na hierarquia policial-militar é seletivo, gradual e sucessivo e será feito mediante promoções, de conformidade com o disposto na legislação e regulamentação de promoções de Oficiais e de Praças, de modo a obter-se um fluxo regular e equilibrado da carreira para os servidores militares.			

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	Recompensa e Dispensa de Serviço Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem as recompensas de serviço. As recompensas constituem reconhecimento de bons serviços prestados pelos servidores militares. § 1º - São recompensas aos servidores militares: a) prêmios de Honra ao Mérito; b) condecorações por serviços prestados; c) elogios, louvores, referências elogiosas; d) dispensa do serviço.	Elogio da Corporação por serviço prestado	
		Elogio da Sociedade por serviço prestado	
		Louvor	
	Triênio Nesta subcategoria estão relacionados documentos referentes aos triênios. Triênio é adicional por tempo de serviço - triênio. O que é. É o acréscimo sobre o vencimento do servidor, de forma definitiva, a cada três anos de efetivo serviço público.	Concessão de triênio	
	Troca do nome de guerra Nesta subcategoria estão relacionados documentos que são gerados em função da troca do nome de guerra, nome utilizado na farda para identificar a policial. Troca de nome por antiguidade ou por casamento.		
Viagens Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abarcam permissões, cancelamentos de viagens para fora e dentro do Estado e exterior.	Cancelamento de viagem		
	Permissão para viajar		
INSTRUÇÃO E ATOS NORMATIVOS	Formação Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem cursos de formação, instrução de tiro, habilitação de motorista e documentos que correspondem a concursos internos, estágios para operar sistemas.	Concurso	Permissão para prestar concurso
		Curso	Balística
			Formação
			Habilitação para dirigir viatura
			Tiro
	Estágio		
	Participação em evento de Segurança		
	Legislação Nesta subcategoria estão relacionados documentos relativos as leis, decretos, diretrizes medidas provisórias, portarias que se relacionam com a atividade policial.	Decreto	
		Determinação	
		Diretriz	
Lei			
Medida Provisória			
Portaria			

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
JUSTIÇA E DISCIPLINA	<p>Apresentação em juízo Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem apresentações de servidores militares em audiências como testemunhas em função do atendimento em ocorrência.</p>	Em audiência	
	<p>Agregação Nesta subcategoria estão relacionados documentos sobre agregação. Agregação é a situação transitória na qual o servidor militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu Quadro, nela permanecendo sem número. Agregação acontece quando: exercer cargo ou função não previstos nos quadros de organização da BM; no aguardo de transferência “ex officio” ou afastamento temporário do serviço ativo.</p>		
	<p>Detenção Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem detenção militar. A prisão disciplinar no âmbito militar, para fins de preservação da disciplina e do decoro da Instituição, nas hipóteses em que se exija a pronta intervenção.</p>		
	<p>Comportamento Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem sobre a classificação e reclassificação dos comportamentos das servidoras militares categorizados em bom, regular e mau. Também abarcam elogios e louvor recebidos da corporação e da sociedade que adicionam pontos positivos na ficha de comportamento.</p>	<p>Classificação</p> <p>Elogio</p> <p>Louvor</p> <p>Melhoria</p> <p>Reclassificação</p>	<p>Conclusão de Curso de Oficial</p>

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
JUSTIÇA E DISCIPLINA	<p>Exclusão do Serviço Militar Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem informações sobre a exclusão do serviço militar.</p> <p>A exclusão a bem da disciplina será aplicada "ex-officio": a) às Praças sem estabilidade que forem condenadas a pena restritiva de liberdade superior a dois anos, no foro civil ou militar, em sentença transitada em julgado. b) aos Alunos-Oficiais ou às Praças com estabilidade assegurada.</p>		
	<p>Inquérito Técnico Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem averiguações. É o instrumento de natureza administrativa e de caráter inquisitorial que tem por finalidade apurar evento danoso, envolvendo bem patrimonial permanente sob administração militar, produzindo provas e esclarecendo circunstâncias, de forma a auxiliar decisão da autoridade competente, com a eventual e consequente imputação de responsabilidade ao seu causador, bem como subsidiar, se for o caso, a ulterior propositura de ação judicial.</p>	<p>Instauração de Inquérito técnico</p> <p>Solução de inquérito técnico</p>	
	<p>Inquérito Policial Militar Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem averiguações. É a apuração sumária do fato, que nos termos legais, configura crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.</p>	<p>Instauração de inquérito policial militar</p> <p>Restituição de inquérito policial militar</p> <p>Solução de inquérito policial militar</p>	

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
JUSTIÇA E DISCIPLINA	<p>Licenciamento Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem o licenciamento do serviço ativo. O licenciamento do serviço ativo, aplicado somente às Praças O licenciamento a pedido poderá ser concedido, desde que não haja prejuízo para o serviço, à Praça engajada ou reengajada que conte, no mínimo, a metade do tempo de serviço a que se obrigou. § 2º - O licenciamento "ex-officio" se dará: I - por conclusão de tempo de serviço; II - por conveniência do serviço; III - a bem da disciplina.</p>	<p>A pedido</p> <p>Ex Officio</p>	
	<p>Reversão Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem documentos relativos aos atos de reversão militar. Reversão é o ato pelo qual o servidor militar agregado retorna ao respectivo quadro tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica, na primeira vaga que ocorrer.</p>		
	<p>Sindicância Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem <i>sindicância</i>. É um procedimento onde é realizado investigação administrativa de servidor público. É o conjunto de análises e ações que visam apurar a verdade dos fatos apresentados.</p>	<p>Nomeação</p> <p>Prorrogação de sindicância</p> <p>Substituição de sindicância</p> <p>Solução de sindicância</p>	
	<p>Transgressão Nesta subcategoria estão relacionados documentos relativos a transgressão disciplinar. Transgressão disciplinar é a violação das obrigações ou dos deveres policiais-militares que constitui crime, contravenção ou transgressão disciplinar.</p>	<p>Leve</p> <p>Média</p>	

Categoria	Termo	Termo Específico	Termo Relacionado
POLICIAMENTO OSTENSIVO	Atendimento a ocorrência Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem atendimentos a ocorrências realizadas pelas servidoras militares, ocorrências de trânsito, ocorrências policiais.	Ocorrência Policial	
		Ocorrência de Trânsito	
	Agradecimento da Comunidade Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abarcam informações de agradecimento da sociedade para a Instituição em decorrência dos serviços prestados na atividade de policiamento.		
	Operações Militares Nesta subcategoria estão relacionados documentos que abrangem operações policiais relativas à atividade fim de policiamento, operações de carnaval, operação golfinho (operação militar realizada durante o período do verão nos meses de novembro a março no litoral gaúcho).	Operação Golfinho	Embarque de Oficiais e Praças Regresso de Oficiais e Praças
		Operação Carnaval	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Acervo da Companhia de Polícia Militar Feminina

É necessário relatar que essa taxonomia foi analisada por duas servidoras da instituição estudada, uma arquivista e uma militar, como uma forma de validação da estrutura classificatória definida. Segundo Campos e Gomes (2008), a etapa de validação apresenta duas funções: confirmar o trabalho realizado e transferir o processo de realização. Com a validação por parte da arquivista, pretendia-se confirmar se a estrutura construída demonstrava critério de comunicabilidade e compatibilidade com o meio militar, e a validação realizada pela servidora militar compreendia verificar se atendia a comunidade estudada com a linguagem utilizada pelos usuários da Instituição. Assim, foi entregue para cada uma das servidoras, às quais foi solicitada, de maneira informal, a análise da estrutura da taxonomia apresentada, em que ambas reconheceram a concordância dos termos e conceitos apresentados no sistema elaborado para o contexto dos documentos estudados.

Ao finalizar a estruturação dessa taxonomia, em que se buscou compreender a realidade da época em que esses registros foram gerados, foi possível organizar e sintetizar as informações em um mapa mental que refletisse a interpretação da realidade da inclusão das mulheres, sendo retratada a memória institucional daquele

grupo de mulheres no contexto social do período estudado. Por meio do processo cognitivo, foram estabelecidas as categorias para a divisão e classificação das temáticas, nas quais os termos foram reunidos pelas semelhanças e as relações entre eles foram estabelecidas. Como as taxonomias são instrumentos dinâmicos e capazes de incorporar os avanços do conhecimento, será possível, também, adicionar modificações de significados de termos encontrados, caso seja necessário para futuras atualizações.

É importante mencionar que, o instrumento desenvolvido, apresenta-se como uma taxonomia funcional muito em razão da realidade dos documentos analisados e pela falta de flexibilidade encontrada característica do acervo administrativo pesquisado.

Por fim, foi possível constatar, por meio do contexto da época estudada, que, apesar de haver um acervo específico, elaborado e direcionado à mulher, a invisibilidade feminina nos registros documentais se apresentou de maneira dominante em suas atividades administrativas na Instituição. Por meio da construção da taxonomia, da classificação dos assuntos e da ocorrência dos termos, pode-se verificar que não há demonstração da existência de linguagem documentária que represente as mulheres, com exceção de um único termo utilizado, “PMzita”, termo este relacionado a uma mascote de um dos programas de policiamento ostensivo de orientação de trânsito. No restante, em nenhum momento, existe a representatividade feminina nos registros documentais.

Na seção seguinte, estão as considerações finais sobre o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Aquino, Carlan e Bräscher (2009, p. 198), “[...] o hábito de classificar é uma atividade social e é realizado muitas vezes de maneira inconsciente.”. Dessa maneira, pode-se dizer que as classificações apresentam o propósito para o qual foram construídas e o contexto específico no qual foram criadas. A taxonomia desta pesquisa foi construída para representar o período da inclusão das mulheres na Brigada Militar e mapear a presença feminina por meio dos documentos de arquivo.

É importante mencionar que os objetivos da pesquisa foram atendidos, os objetivos específicos foram alcançados e desta maneira foi possível atingir o objetivo geral delineado para este estudo em sua totalidade. Faz-se necessário também relatar as limitações encontradas para a pesquisa em função da pandemia da COVID-19 que impôs como impedimento a pesquisa presencial do último ano delimitado como recorte temporal em razão do acervo estar armazenado em um local físico onde os servidores que atendiam a pesquisa foram deslocados para outro serviço.

Considerando que as características da documentação analisada e gerada no meio militar se apresente da mesma maneira em outras instituições, é provável que a taxonomia aqui construída ainda tenha deixado de fora algum tipo de termo, principalmente porque o levantamento realizado abrangeu apenas o domínio específico da inclusão das mulheres. Assim, pode ser interessante, em algum momento, realizar pesquisa semelhante em outros domínios para validar a generalidade da taxonomia construída para este estudo. O presente trabalho pode ser encarado, também, como uma tentativa de ajudar, na área da Arquivologia, a classificação de documentos por meio da construção de taxonomias, auxiliando, dessa forma, o desenvolvimento de instrumentos arquivísticos voltados a domínios específicos. Desenvolvidos e pensados para comunidades específicas, esses instrumentos poderão atuar como mapas e guias para auxiliar arquivistas a trabalhar com a organização do conhecimento de maneira mais eficaz, representando as informações de forma mais clara aos usuários e fazendo com que estes se sintam representados nos instrumentos, sendo de fácil aplicação em suas atividades administrativas. No entanto, estudos como este, que relacionam questões de gênero e organização do conhecimento na área da Arquivologia e da Ciência da Informação e envolvem comunidades específicas (no caso, mulheres), apresentam-se de maneira

escassa na nossa literatura. De acordo com Milani (2010, p. 117), na representação do conhecimento, “as próprias mulheres devem pensar, repensar e discutir descritores das linguagens documentais que as representem, não apenas como procedimento técnico, mas como uma afirmação de identidade, contra uma representação mimetista dos estereótipos proliferados pela sociedade”. Por fim, conclui-se que, ao construir um sistema de organização do conhecimento com o intuito de mapear a presença feminina no meio militar, ao final deste estudo, verificou-se, efetivamente, que o acervo arquivístico analisado não traz em si a representatividade de gênero, muito possivelmente em decorrência, também, do momento histórico social do período estudado.

Como sugestão para pesquisas futuras, é importante acrescentar que, Arquivologia e a Organização do Conhecimento, é necessário, cada vez mais, promover novas formas para representar e organizar conhecimento de grupos específicos que se encontram em desvantagem em estruturas classificatórias, principalmente em acervos arquivísticos, além de que esta pesquisa pode ser utilizada como exemplo para aplicação de taxonomias em outros contextos arquivísticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis *et al.* Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p.16-27, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_fc4f01292e_0008415.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.
- ALVES, Luiz Aparecido Pereira. **Cota Eleitoral de gênero**: os desafios para efetivação do artigo 10, § 3º da Lei 9.504/97. 2020. Disponível em: <https://alvesluizmt.jus.com.br/artigos>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- AMORIM, Igor Soares. **Análise de domínio sob a luz do conceito de agenciamento de Gilles Deleuze**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169600>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ANDRADE, Juliatti de; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A linguística documentária e a análise de domínio na organização da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2011. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/889/A%20lingu%C3%ADstica%20-%20Andrade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AQUINO, Idalécio J.; CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.3, p.196-215, dez.2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3626/2744>. Acesso em: 29 mar de 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51).
- BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, Kester (org.). **Educación, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Organização do conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76-92, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento.

Encontros Bibli, Florianópolis, v. 21, p. 33-44, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33/31600>. Acesso em: 08 out. 2020.

BAUTIER, Robert-Henri. **Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des chartes**. Paris: Bibliothèque de l'Ecole des Chartes, 1961. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619. Acesso em: 20 jan. 2020.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, Washington, D.C., v.19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRÄSCHER, Marisa B. B.; CAFÉ, Lígia M. A. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Cartilha enfrentando a violência doméstica contra a mulher**. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/informe-brasil-portugues.pdf> Acesso em: 29 mar. 2021.

BRIGADA MILITAR (Rio Grande do Sul). **História da Brigada Militar 1837**. 2018. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRIGADA MILITAR (Rio Grande do Sul). **Estatuto da BM**. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <https://brigadamilitar.rs.gov.br/legislacao>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRIGADA MILITAR (Rio Grande do Sul). **Lei complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/legislacao> Acesso em: 18 maio. 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: histórias e imagens. Bauru: EDUSC, 2004.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramaZero**, v. 9, n. 4, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6615>. Acesso em: 17 maio 2021.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes; MORAES, João Batista Ernesto de; SABBAG, Deise Sabbag. Organização do conhecimento e diversidade cultural. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Análise documental de conteúdo e o percurso gerativo de sentido**: na representação do documento de arquivo. Marília: ISKO-Brasil, 2015. p. 344-354. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Organiza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

CINTRA, A.M.M. *et al.* Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis, 2002.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 13 out. 2020.

CONSUL, Julio Cezar Dal Paz. **Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre/RS**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2267/000271648.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 18 fev. 2020.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.ergonverlag.de/isko_ko/downloads/ko3320061c.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

DIAS, Célia da Consolação; ALVARENGA, Lídia. Análise de domínio organizacional na perspectiva arquivística: um estudo baseado na metodologia proposta por Designing na Implementing Recordkeeping Systems, DIRKS. **Ciência da**

Informação, Brasília, v. 40, n. 2, p.180-191, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1309>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 30 mar. 2021.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. **The American Archivist**, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994. Disponível em:

<https://doi.org/10.17723/aarc.57.2.pu548273j5j1p816>. Acesso em: 18 nov 2020.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel; GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157, ene./jun. 1995. Disponível em:

<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/1038/1020/0>. Acesso em:

20 jan. 2020.

FLÔRES, Renata Jorge. **A inclusão feminina na Brigada Militar**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 2. ed. 2020. (Nota técnica). Disponível em: violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em: 30 mar. 2021.

GARCIA, Carla Cristina. Breve histórico do Movimento feminista no Brasil. 2015. Disponível em: <https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em: 29 de mar de 2021.

GÊNERO. *In*: BUENO, SILVEIRA. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

GÊNERO. *In*: **Dicionário online**. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em: 29 de mar de 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Introdução. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 13-31.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; ALENCAR, Máira Fernandes. A análise documental no universo científico dos ENANCIBS:

elementos para uma análise de domínio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.940>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto; PINHO, Fabio A.; FERREIRA, Gustavo M. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 31-41, jul./dic. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114698>. Acesso em: 21 out. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Provenance as a Domain Analysis Approach in Archival Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2005. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_42_2015_8_c.pdf Acesso em: 21 out. 2020.

HAAS, Ana. **25 anos da mulher na polícia militar do Rio Grande do Sul**: obstáculos, conquistas e perspectivas na visão das oficiais das três primeiras turmas. Monografia (Especialização em Policiamento e Gestão de Segurança Pública - CEPGESP) – Academia de Polícia Militar, Porto Alegre, 2011.

HJØRLAND, Birger. Core classification theory: a reply to Szostak. **Journal of Documentation**, United Kingdom, v. 64, n. 3, p. 333-342, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410810867560>. Acesso em: 30 set. 2020.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, United Kingdom, v. 58, n. 4, p. 422–462, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410210431136>. Acesso em: 21 out. 2020.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/106183>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1998.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas Assessoria, 2000.

LOPEZ, André P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, Viviane. Os movimentos feministas no jornal: uma análise do discurso sobre as lutas das mulheres em reportagens de A Gazeta. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A investigação científica em arquivologia e sua busca de identidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 77-89, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/35520/18545>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MALVERDES, André. A descrição arquivística e a recuperação da informação: a organização do inventário analítico cine memória – as salas de cinema do espírito santo. **Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa do PPGA - UFES**, Vitória, ano 4, v. 3, n. 6, jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/colartes/article/view/7704>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Brique de Lemos, 1999.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93671>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. *In: GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucilia Maria Souza (org.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação***. São Carlos: EdUFSCar, 2008. p. 91-99.

NEGREIROS, Ribeiro Negreiros. Uma compreensão dos fundos arquivísticos sob o enfoque da análise de domínio. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 79-95, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1818>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Neil Armstrong Franco de; ZANUTTO, Flávia. Charge eletrônica e produção de identidade: desconstruindo sentidos. *In: GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucilia Maria Souza (org.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação***. São Carlos: EdUFSCar, 2008. p. 223-234.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Principles and guidelines for access to research data from public data. 2007.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Ver.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PANTALEÃO, Leonardo. Lei da Importunação Sexual completa dois anos. **Jornal Jurid**, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/blog/jurid-web/lei-da-importunacao-sexual-completa-dois-anos>. Acesso em:

RECHDEN, Silvana Veiga; SILVA JÚNIOR, Antônio Ney da; COELHO, Tito Lívio. **Militares estaduais femininas**: rotina de emprego das praças, nos órgãos de polícia militar ostensiva da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de gestação. Porto Alegre: Curso avançado de administração Policial Militar, 2001.

RIBEIRO, Djamila. Djamila Ribeiro sobre feminismo: 'A gente luta por uma sociedade em que mulheres possam ser consideradas pessoas'. [Entrevista concedida a] Thayná Rodrigues. **Carta Maior**, 18 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Djamila-Ribeiro-sobre-feminismo-A-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas-/47/42457>. Acesso em: 31 mar. 2021.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

RIBEIRO, Lucas Cabral. **Os onze da Brigada**: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

RODRIGUES, Georgete M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 210-230.

SALES, Luana Farias, MOTTA, Dilza Fonseca da. **Base teórica da Ciência da Informação para construção de taxonomias consistentes**. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosadados/DOC/palestras/memo_info/mi_2010/FCRB_MI_Construcao_de_taxonomias_consistentes.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luis Fernando. Uma proposta de taxonomia para dados de pesquisa. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26337> Acesso em: 28 jul. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_aac5068b8b_0016893.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEXO. *In*: BUENO, SILVEIRA. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas relações entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, São Cristóvão, v. 1, n. 3, p. 3-32, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9750>. Acesso em: 16 set. 2020.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. (org.). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina Smit. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i2p84-101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 18 maio. 2021.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p.47-56, 2017. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7508/4788>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SOUSA, Renato. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. *In*: SANTOS, Vanderlei (org.). **Arquivística, temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/36861840/A_classifica%C3%A7%C3%A3o_de_documentos_de_arquivo. Acesso em: 16 set. 2020.

SUENAGA, Cynthia Maria Kiyonaga; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A abordagem da análise de domínio na organização e representação do conhecimento. *In*: ISKO BRASIL, ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DIVERSIDADE CULTURAL, 2015, Marília. **Anais [...]**. Marília: ISKO, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história;145).

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise do domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 6, n.1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3026>. Acesso em: 20 jan. 2020.

THELLEFSEN, Torkild L.; THELLEFSEN, Martin. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden, v. 31, n. 3, p.177-

187, 2004. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko3120043f.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; RODRIGUES, Ana Célia; GUIMARÃES, José Augusto Chaves Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Informação e informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 58-75, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38321>. Acesso em: 07 jan. 2020.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. (org.). **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-21. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5613>. Acesso em: 18 set. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). A construção da voz feminina na cidadania. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/arquivos/portfolio-exposicao-a-construcao-da-voz-feminina-na-cidadania-TSE.pdf> Acesso em: 30 mar. 2021.

VICKERY, Brian C. **A note on knowledge organization**. 2008. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/Vickery_a_note_on_knowledge_organization.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRÄSCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p.40-46, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7507>. Acesso em: 26 jan. 2020.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 57-66, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/447>. Acesso em: 12 fev. 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR

Termo de Autorização da Instituição

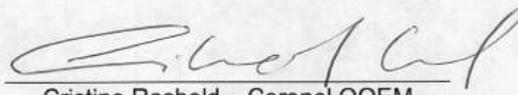
A Brigada Militar, abaixo assinada, através da Chefe de Estado-Maior, Coronel QOEM Cristine Rasbold, autoriza e declara ter ciência da tramitação do estudo sob o título de: "***A organização do conhecimento e a inclusão da mulher na Brigada Militar: questões de gênero e memória documental representadas a partir de um sistema de organização do conhecimento***", a ser conduzido pelos pesquisadores: Carine Melo Cogo Bastos, servidora do Estado lotada na Ajudância Geral - Setor de Arquivo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGCIN/UFRGS e está sob orientação do Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

A pesquisa de mestrado está vinculada ao Programa de Pós Graduação de Ciência da Informação - PPGCIN/ UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros e tem como objetivos: **Objetivo Geral:** Identificar, sistematizar e evidenciar o papel da mulher em uma organização militar a partir dos documentos arquivísticos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. E como **objetivos específicos:** Conhecer o histórico de inclusão das primeiras mulheres na Brigada Militar; Investigar a representação feminina na instituição militar; Identificar as temáticas oriundas da documentação; Analisar o conteúdo dos documentos como forma de reconstruir a memória institucional e social e Representar o conteúdo dos documentos a partir de um sistema de organização do conhecimento.

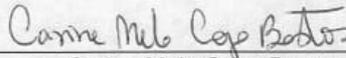
Fomos informados pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento e aprovo a pesquisa da proponente.

Declaro ainda que a Brigada Militar está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante durante o desenvolvimento da pesquisa e de seu compromisso com o desenvolvimento da pesquisa em seu acervo documental, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de realização do trabalho de mestrado e ciente da metodologia adotada para atender aos objetivos da pesquisa científica.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.



Cristine Rasbold – Coronel QOEM
Chefe do Estado-Maior da Brigada Militar



Carine Melo Cogo Bastos
Pesquisadora